

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACUMULADO 01 DE JANEIRO
A 31 DE DEZEMBRO DE 1997

1 - PATRIMONIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	459.576,31
RESERVAS DE REAV. DO ATIVO PERMANENTE	72.418,80
TOTAL	531.995,11
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO DO SOCIOS	544.942,98
RENDIMENTOS DE APLIC. FINANCEIRA	21.587,58
RECEITA MAQ. COPIADORA	8.921,18
RECEITA SEDE SOCIO CULTURAL	15.458,11
RECEITAS DIVERSAS	15.070,59
TOTAL	605.980,44
3 - OBRIGAÇÃO	
SOCIAIS	14.476,52
TRIBUTARIAS	391,68
CHEQUES A COMPENSAR	1.013,72
TOTAL	15.881,92
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	163.603,40
COM PESSOAL	222.898,71
COM EVENTOS	2.829,50
FINANCEIRAS	2.077,53
REPASSES ESTATUTARIOS	123.565,17
SEDE SOCIO CULTURAL	34.936,89
XVI CONGRESSO ANDES	36.321,34
C/GREVES	1.625,00
TOTAL	587.857,54
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS(ACOES TELEBRAS)	3.995,39
IMOBILIZADO	433.667,81
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(44.654,54)
TOTAL	393.008,66
SALDO (1+2+3) - (4+5)	172.991,27
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA	60,34
EM BANCOS	13.119,08
APLICACOES FINANCEIRAS	151.403,30
SUB-TOTAL	164.582,72
B - CONTAS A RECEBER	
ADIANTAMENTO SALARIAL	50,00
VALORES A RECUPERAR	8.358,11
DEPOSITO VINCULADO(RALP)	0,44
SUB-TOTAL	8.408,55
TOTAL	172.991,27

BOLETIM ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/Sindicato Nacional - Filial à CUT
Centro de Vivência - UFPB
Caixa Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-Presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Polít. Educ. e Client.:
Luiz de Sousa Júnior

Diretor de Política Social:
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antonio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria:
Laércio Losano



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I -
CEP 58053-620
João Pessoa - PB
Fone: (083) 982-3484/
231-3945
Fone/Fax: (083) 231-1703

Jornalista Responsável - Glendeneo Nunes - DR1/PB - 819
Diagram. e Edt. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

CURTAS - CURTAS - CURTAS

Ameaça

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, vai entrar na justiça contra a divulgação da cartilha do PT que ensina a fazer rádios comunitária. É que o governo está preocupado com a democratização dos meios de comunicação que ameaça sua estratégia de manipulação ideológica via grande imprensa, principalmente em uma conjuntura de eleição como a atual. (Ver matéria sobre a rádio comunitária da ADUFPB-JP à página 6)

Demissões I

O ministro Bresser Pereira, do MARE, enfrentará resistência para por em prática os planos de demitir servidores não-estáveis. Em Orgãos como a Funai, 65% dos servidores não têm estabilidade. Dirigentes alertam que dispensas podem afetar prestação de serviços.

Demissões II

Portaria alterando a grade curricular das escolas públicas de São Paulo está preocupando os professores estaduais. É que as mudanças na grade diminuem a carga horária e devem significar a demissão de muitos docentes, além de causar prejuízos ao aprendizado dos alunos. É bom ficarmos de olho porque o PSDB tem seus asseclas políticos em todo o país, inclusive na Paraíba, e se a moda pega devemos estar preparados para enfrentarmos mais essa investida contra a educação pública.

Revista da ADUF

Registramos comunicações dos professores F.Pereira Nóbrega e Florisvaldo Lúcio Pereira respondendo ao artigo "Da Marselhesa ao Tcham!" do prof. Elío Chaves Flores, publicado no nº 2 da Revista da ADUF, edição de outubro, em que discordam de opiniões manifestadas pelo autor do texto, especialmente no que toca a questões religiosas não compartilhadas pelos dois professores. A editoria informa que as respectivas comunicações serão publicadas na próxima edição da revista.

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



BOLETIM

ADUFPB-JP

Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do
Sindicato Nacional do Ensino Superior

CAMPANHA

ADUFPB-JP realiza assembléia dia 4

SALARIAL

RECADASTRAMENTO NAS IFES

ANDIFES segue
orientação do
MEC e ADUFPB-JP
opta por orientar
docentes a
preencherem
formulário próprio

Páginas 4 e 5

O XVII Congresso do Andes -SN, que se realizará entre os dias 6 e 11 de fevereiro, em Porto Alegre-RS, vai deliberar, entre outras questões, por uma campanha salarial para os docentes de nível superior do país. Esta campanha, a ser definida pela categoria, compreende principalmente uma proposta de tabela salarial a ser apresentada ao governo federal como resposta a intenção deliberada do Poder Executivo de sistematicamente aviltar nossos salários. É a esta demanda urgente que devemos dar resposta já no início deste ano eleitoral que, como outros, nos apresenta desafios ainda maiores. A assembléia do dia 4 é o fórum inicial destes desafios. Todos à luta!

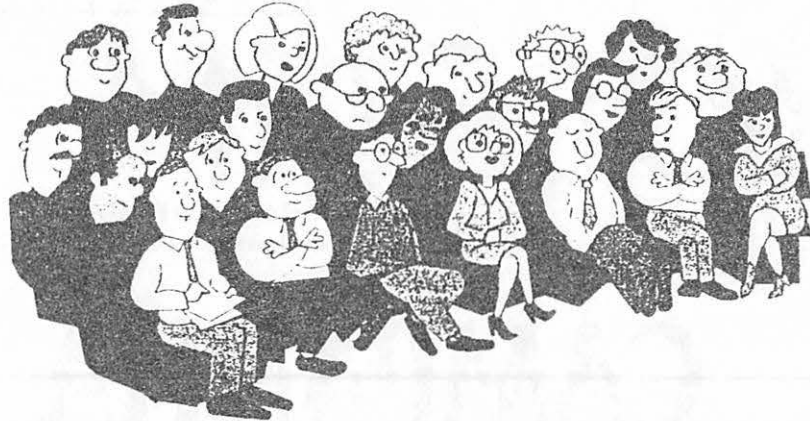


Página 2

AGENDA DO PROFESSOR 1998

Aguarde o recebimento no seu departamento a partir de fevereiro

CAMPANHA SALARIAL



ADUFPB-JP convoca professores para assembleia geral dia 4

A ADUFPB-JP está convocando todos os professores para participarem da assembleia geral que vai ser realizada no próximo dia 4 de fevereiro, no auditório da Reitoria da UFPB, a partir das 9 horas.

O principal tema que vai ser discutido na assembleia será a realização de uma campanha salarial a ser deflagrada pela categoria. A Diretoria da ADUFPB-JP lembra aos professores que a categoria está entrando no quarto ano consecutivo sem re-

ajuste salarial.

Ao contrário da tão propagada estabilidade econômica pregada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, tudo vem subindo de preço, principalmente o que toca a classe média. E para completar o "quadro negro", esse ano seremos "premiados" com reajuste de água, luz, telefone, escola, remédios, alimentação e tarifas públicas, a exemplo do que ocorreu com o IPTU. Essa situação já beira o insuportável.

Apoio popular - A categoria já conta com o apoio da população, sensibilizada com a situação dos professores. Por outro lado, a universidade pública tem demonstrado melhor desempenho que as universidades privadas, conforme atesta o próprio governo federal. Os professores com titulação e com dedicação exclusiva são os fatores determinantes para essa superioridade.

VAMOS À CAMPANHA SALARIAL!

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 04 de Janeiro

(4ª feira), às 09h00, no Auditório da Reitoria

PAUTA:

- 1) - Informes;
- 2) - Recadastramento;
- 3) - Novo plano de carreira e salários.

Professor, participe!

ANDES realiza seu XVII Congresso em fevereiro

"Universidade! Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar!". Este é o lema geral que vai nortear os debates e discussões do XVII Congresso da ANDES, a ser realizado no período de 6 a 12 de fevereiro desse ano, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre.

De acordo com o presidente da ADUFPB-JP, professor Tadeu Antônio de Azevedo Melo, um dos pontos de destaque do Congresso, foram o máximo de deliberação dos professores de nível superior do país, vai ser a discussão em cima da construção de uma proposta salarial, que inclui um plano de carreira e um novo piso salarial para os professores universitários. Este plano contempla apenas os professores T-20 e Retide, ficando de fora a figura do professor T-40. "Em resumo, são propostas 5 categorias: Professor auxiliar, professor assistente, profes-



sor adjunto, professor associado e professor pleno", disse Tadeu, lembrando que cada categoria é dividida em A e B.

Outros temas serão discutidos durante o Congresso. São eles: Movimento docente e conjuntura; Políticas públicas, Movimento Sindical e Setores e, por fim, Questões Organizativas e Financeiras. Também consta da programação a realização de um seminário sobre concepção, estrutura e prática sindical.

Delegados - A ADUFPB-JP enviará 11 delegados ao XVII Congresso da ANDES. Os delegados são Luiz de Sousa Júnior, José Ernesto Pimentel Filho, Nilsamira da Silva Oliveira, Claudet Coelho Guedes, Luiz Renato de Araújo Pontes, Antônio Luiz Albuquerque Gomes, Tadeu Antônio de Azevedo Melo, Maria da Saete Barboza, Maria Bernadete Nóbrega, José Jonas Duarte da Costa e José Araújo Madeiro. Os delegados foram escolhidos na Assembleia Geral realizada no dia 19 de dezembro último.

ADUFPB-JP empossa nova diretoria

A nova Diretoria Executiva da ADUFPB/JP, eleita em 10 de dezembro último (gestão 98) tomou posse em Assembleia Geral Extraordinária realizada no auditório do Centro de Tecnologia do campus I da UFPB. A constituição da direção eleita é a seguinte:

- ★ Presidente, prof. Tadeu Antônio de Azevedo Melo;
- ★ Vice-Presidente, prof. José Ernesto Pimentel Filho;
- ★ Secretário Geral, prof. Antônio Luiz de A. Gomes;
- ★ Tesoureiro, prof. Antonio Joaquim R. Feitosa;
- ★ Diretor de Imprensa, prof. Edônio Alves do Nascimento;
- ★ Diretor Cultural, prof. Marcelo Bulhões Martins;

- ★ Diretor de Política Sindical, prof. José de Araújo Madeiro;
- ★ Diretora de Política Social, profa. Nilsamira da Silva Oliveira;
- ★ Diretor de Política Educacional e Científica, prof. Luiz de Sousa Júnior;
- ★ Suplente de Secretaria, prof. Laércio Losano e
- ★ Suplente de tesouraria, prof. Antonio Sérgio de Menezes.

Parênteses



e o que direi ainda de dois girassóis (em setembro) escondidos no jardim da tua blusa?

Arnaldo Tobias
Poeta pernambucano

ADUFPB-JP alerta os professores da UFPB sobre recadastramento

A ADUFPB-JP - seção sindical dos professores da Universidade Federal da Paraíba -, distribuiu nota oficial na imprensa onde alerta os docentes da UFPB que o recadastramento de professores que está sendo feito atualmente pode ter implicações futuras no corte de pessoal anunciado pelo governo federal.

De acordo com o Presidente da entidade, Prof. Tadeu Antônio de Azevedo, a ADUFPB-JP está tomando providências no sentido de evitar que os professores sejam induzidos a prestar informações que se voltem contra os próprios docentes. "O modelo de ficha de preenchimento do recadastramento impede que os docentes possam dar as informações corretas pois dela não consta a possibilidade de demonstrar que antes de 1981 a forma de ingresso nas Universidades, em sua grande maioria, era por processo seletivo

público o que, na nossa opinião, tipifica um concurso público", alerta o dirigente sindical.

Na nota, a ADUF chama a atenção, especialmente dos professores que ingressaram na universidade antes do dia 01 de janeiro de 1981, através de concurso público ou processo seletivo, devidamente comprovado, para contactarem o sindicato. Todos os professores deverão procurar a ADUF, mesmo que já tenham efetuado o recadastramento.

Segundo o Presidente, a entidade está vigilante em relação a qualquer uso que o MEC possa fazer das informações constantes do recadastramento. "A ADUF/PB já manteve uma audiência com o Vice-reitor em exercício, Prof. Marcos Brasileiro, e o Superintendente do SRH, Prof. José de Arimatéia Menezes Lucena. Nesta reunião soube-se que a ANDIFES, entidade

que reúne os dirigentes das universidades federais, vai se reunir nos próximos dias para discutir que posicionamento vão tomar frente à questão", informou. (Ver mais sobre a matéria na página 5)

De acordo com a nota, a assessoria jurídica da entidade entende que a forma de recadastramento imposta pelos Ministérios da Educação e da Administração e Reforma do Estado, realizada pela Superintendência de Recursos Humanos da UFPB, isenta de qualquer responsabilidade a administração da universidade, ao mesmo tempo que, por equívoco ou má fé mesmo, transfere esta responsabilidade para o docente.

"Este fato fica consubstanciado através da assinatura do professor no formulário de recadastramento", diz a nota assinada pelo novo presidente da ADUFPB-JP, professor Tadeu Antônio de Azevedo Melo.

Reitores não conseguem dissociar recadastramento de demissão nas IFES

Como se esperava, o recadastramento dos servidores das universidades não foi concluído em janeiro. Além da orientação não confessada da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - de que os dados recolhidos não fossem imediatamente repassados ao MARE, as tentativas da instituição de conseguir qualquer compromisso do governo de desvincular o recadastramento das prováveis demissões, foram frustradas.

Em reunião no último dia 20 de janeiro, o Conselho Pleno da ANDIFES discutiu algumas medidas que deveriam ser tomadas em relação ao recadastramento e deliberou pela busca, junto ao MEC, do compromisso de dissociação entre recadastramento e demissões. No mesmo dia, em reunião entre o Diretório Nacional da Andifes e o secretário executivo do MEC, Luciano Patrício, os reitores obtiveram uma resposta negativa do MEC em relação a um compromisso formal de não demissão. No dia 21 o presidente da ANDIFES em contato com o secretário da SESU/MEC, prof. Abílio Baeta Neves, obteve a informação de que o Ministro da Educação havia expressado a convicção de que as atividades desenvolvidas nas IFES não serão alteradas depois do recadastramento.

Apesar de não ter conseguido absolutamente nada de concreto junto ao MEC, a ANDIFES, em fax distribuído com as universidades e ADs, ao mesmo tempo em que reafirma seu posicionamento contrário às demissões, recomenda a continuidade do processo de

recadastramento. Na tentativa de justificar a sua atitude, a ANDIFES cita uma matéria publicada no Jornal do Brasil onde o governo afirma que não demitirá e a já citada "intenção" de não demitir. De um governo que não tem cumprido os compromissos assinados, é prudente julgar ingênuos ou mal intencionados os que acreditarem nas promessas verbais e irresponsáveis os que recomendarem qualquer procedimento que ratifique o processo.

Estranho - A ADUFPB-JP, estranha, portanto, a atitude cambaleante com que a ANDIFES tratou a questão, já que anteriormente tinha anunciado a intenção clara de obstaculizar o processo de recadastramento dos funcionários das IFES mediante o não envio, em tempo hábil, dos dados ao MARE, posição esta que não prevaleceu na última deliberação da entidade. Aliás, esta passividade dos reitores em relação ao MEC, tornou-se bastante cristalina quando da reunião dos mesmos, no âmbito da ANDIFES, com o ministro Paulo Renato de Sousa em 03/12/97. Naquela ocasião o ministro ameaçou: "Parem com esta estória de que não há dinheiro para as universidades pois, caso contrário, divulgarei para o país inteiro o que está acontecendo de verdade nas universidades".

As palavras do ministro, além de um forte conteúdo de chantagem, depõem contra ele mesmo, no que toca a sua anuência às supostas irregularidades na IFES. Por sua vez, os reitores calam diante da ameaça, configurando uma posição de subserviência e desrespeito a comunidade universitária.

28,86%

Justiça manda governo cumprir sentença

O Tribunal Regional Federal de Recife determinou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, cumpram o pagamento imediato do reajuste de 28,86% dos salários dos auditores fiscais da Receita Federal.

Malan e Guimarães serão multados diariamente em R\$ 10 (dez reais) por funcionário - o equivalente a R\$ 131.000 (cento e trinta e um mil reais) por dia - pela insistência em não acatar a decisão judicial. De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda, a sentença não será cumprida. O governo vai recorrer do despacho.

A decisão atende ao pedido do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal encaminhado ao Tribunal em 1996. O Sindicato havia pedido a extensão, para os auditores fiscais, do aumento de 28,86 autorizado pelo governo Itamar Franco apenas para os servidores militares.

Medida - A assessoria jurídica da ADUFPB-JP informa que a seção sindical pretende entrar com um pedido exigindo que a mesma medida punitiva contra o não cumprimento das sentenças prolatadas pelo TRF de Recife em favor de ações semelhantes impetradas pela ADUF em prol de seus associados (multas de R\$ 10 - dez reais - por funcionário) também seja aplicada.

Entidade orienta professores

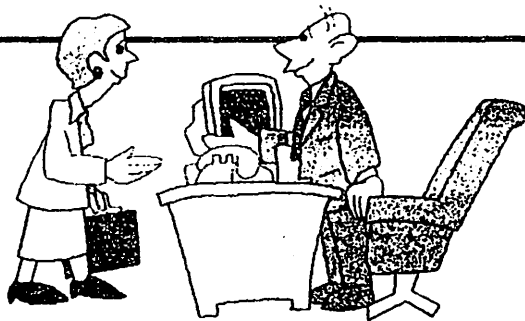
A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP, em face do recadastramento instituído pelo MEC, está orientando os professores a preencherem o modelo de formulário da Entidade como "concurso através de seleção pública". Essa orientação é fundamentada nos dispositivos constitucionais vigentes a época da contratação desses professores.

A Constituição Federal, no Ato das Disposições Transitórias, artigo 19, parágrafo 3º, diz que a estabilidade prevista no referido artigo não se aplica

aos professores de nível superior se estes não fizeram concurso público.

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP lembra entretanto, que na época que os docentes entraram na Universidade, eles foram contratados através de um processo de seleção com nítidas características de um concurso público. O que o MEC e a Universidade pretendem com o recadastramento é a declaração que esses professores não são estáveis e, portanto, passíveis de demissão.

A intenção da ADUFPB-JP é configurar esses professores como concursados e, caso esse entendimento seja rejeitado pela UFPB e pelo MEC, a Diretoria pretende entrar com ação na Justiça para fazer valer os direitos dos professores.



ADUFPB-JP planeja implantação de rádio comunitária



A ADUFPB-JP está tomando providências para a implantação de uma rádio comunitária. Para tanto já constituiu informalmente uma Comissão Provisória constituída dos professores Moacir Barbosa, do Departamento de Comunicação da UFPB, Jonas Duarte da Costa, do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP e do diretor de Imprensa e Divulgação da entidade, Edônio Alves Nascimento, além de representantes do DCE e Sintesp/Pb. De acordo com a Direção da seção sindical, ela será implantada mesmo sem a votação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamenta o funcionamento das rádios comunitárias. Por isso, caso ela seja fechada, poderá ser reaberta através de liminar na Justiça.

Para atender a dispositivos da lei que regulamentará este setor de comunicação, a rádio será limitada em termos de potência. Deverá chegar a, no máximo 24 watts. Com essas limitações, a emissora abrange um raio de 7 quilômetros a partir do Campus I da UFPB, o que permitirá que ela alcance bairros como Castelo Branco, Torre, Bancários, Mangabeira e até mesmo partes do Cabo Branco e Altiplano.

Por ser uma rádio comunitária, ela não será da ADUFPB-JP, e sim, dos três segmentos organizados que fazem a comunidade universitária: estudantes, professores e funcionários, tendo também, claro, o propósito de servir a toda a comunidade pessoense.

O projeto que regulamenta as rádios se encontra atualmente

aguardando votação do plenário do Senado Federal, estando inclusive na pauta de votação da convocação extraordinária do Congresso. Embora criticando o projeto por considerá-lo "restritivo", a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), está torcendo para que a legalização da proposta entre em vigor o mais rápido possível.

Alterações - O secretário de comunicação da Abraço, Dioclécio Luz, afirma que o apoio da entidade à regulamentação não anula a luta pela posterior alteração de alguns

dispositivos do texto. Para ele, a proposta é restritiva em várias questões, como a que limita em apenas 25 watts de potência o alcance das estações, número de canais insuficientes, proibição de venda de comerciais e formação de redes entre as rádios. "Para conseguir essas alterações, a Abraço já começou a se articular junto às lideranças de alguns partidos. Tão logo o projeto passe, vamos lutar pela criação de um projeto de lei que amplie esses números", garante Dioclécio.

Curso de formação Sindical

A ADUFPB-JP participou do I Curso Regional de Formação Sindical, que foi realizado no período de 23 a 25 de janeiro deste ano, no convento de Ipurana, Lagoa Seca, em Campina Grande. A ADUF custeou a ida de 7 professores para o curso, incluindo membros da Diretoria Executiva. O valor da diária foi de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por pessoa, incluindo hospedagem e as três refeições.

O objetivo do curso, promovido pela Vice-Presidência Regional Nordeste II, foi aprofundar a discussão sobre o sindicalismo brasileiro, com destaque para o movimento docente. Ao mesmo tempo, qualificar a intervenção deste frente aos desafios que se colocam para o movimento sindical. O I Curso Regional de Formação Sindical do ANDES-SN foi o resultado de um processo de dis-

cussão de encontros regionais realizados no âmbito da Regional NE II, e da experiência e avaliação do I Curso de Formação Sindical do ANDES-SN, realizado em Belo Horizonte de 27 a 31/07/97.

Temas - Os temas debatidos durante o I Curso Regional de Formação Sindical foram os seguintes: dia 23 - As Transformações no Mundo do Trabalho e o Movimento Sindical, palestra do prof. Osvaldo Coggiola - USP; dia 24 - História do Sindicalismo Brasileiro: Vertentes e Concepções, palestra do prof. Sebastian Sánchez Martín - UFPB/C. Grande e, dia 25 - Crise no Sindicalismo Hoje: Mobilização X Desmobilização, palestra do prof. Luis Alberto Santos - UFSE. Também foram realizadas durante o Curso leituras e discussões de textos em grupos.

PROPOSTA SALARIAL PARA 1998

Observando os índices de 10% entre os níveis e 20% entre as categorias

	Regime 20 Horas	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar A	770,00	2.387,00
Professor Auxiliar B	847,00	2.625,70
Professor Assistente A	1.016,40	3.150,84
Professor Assistente B	1.118,04	3.465,92
Professor Adjunto A	1.341,65	4.159,11
Professor Adjunto B	1.476,81	4.578,11
Professor Associado A	1.770,98	5.490,03
Professor Associado B	1.948,07	6.039,01
Professor Pleno	2.337,69	7.426,83

Neste novo plano de carreira as mudanças de categoria obedeceriam o seguinte critério:

Auxiliar B	→ Assistente A.....	→ Mestrado
Assistente B	→ Adjunto A.....	→ Doutorado
Adjunto B	→ Associado A.....	→ Desempenho
		Funcional

A ascensão de nível em uma mesma categoria deverá seguir o critério de desempenho funcional. Caso a categoria decida pelo piso salarial de dois salários mínimos do DIEESE, a ser alcançado em 2002, a seguinte proposta de evolução gradativa que pode ser tomada como modelo.

	1999 20 Horas	D.E
Auxiliar A	962,50	2983,75
Auxiliar B	1049,13	3252,29
Assistente A	1237,97	3837,70
Assistente B	1349,38	4183,09
Adjunto A	1592,27	4936,05
Adjunto B	1735,58	5380,29
Associado A	2047,98	6348,75
Associado B	2232,30	6920,13
Pleno	2634,12	8165,76

Entre linhas 9%
Entre classes 18%

	2000 20 Horas	D.E
Auxiliar A	1155,00	3580,50
Auxiliar B	1235,85	3831,14
Assistente A	1421,23	4405,81
Assistente B	1520,71	4714,21
Adjunto A	1748,82	5421,34
Adjunto B	1871,24	5800,84
Associado A	2151,92	6670,96
Associado B	2302,56	7137,93
Pleno	2647,94	8208,62

Entre linhas 7%
Entre classes 15%

	2001 20 Horas	D.E
Auxiliar A	1347,50	4177,25
Auxiliar B	1428,35	4427,89
Assistente A	1599,75	4959,23
Assistente B	1695,74	5256,79
Adjunto A	1899,23	5887,60
Adjunto B	2013,18	6240,86
Associado A	2254,76	6989,76
Associado B	2390,05	7409,14
Pleno	2676,85	8298,24

Entre linhas 6%
Entre classes 12%

	2002 20 Horas	D.E
Auxiliar A	1540,00	4774,00
Auxiliar B	1617,00	5012,70
Assistente A	1778,70	5513,97
Assistente B	1867,64	5789,67
Adjunto A	2054,40	6368,64
Adjunto B	2157,12	6687,07
Associado A	2372,83	7355,77
Associado B	2491,47	7723,56
Pleno	2740,62	8495,92

Entre linhas 5%
Entre classes 10%

Tendo como princípios o novo plano de carreira proposto e o piso salarial de dois salários mínimos do DIEESE, a ser alcançado em 2002, inúmeras propostas poderão ser construídas. Colocamos a disposição do sindicalizado, na nossa sede no Centro de Vivência/UFPB, diversas simulações que poderão servir de subsídios para a construção dessas propostas.

Boletim

João Pessoa/PB
31 de Março de 1998

DA COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPB - JOÃO PESSOA

INFORMES DA GREVE

A comissão de mobilização da greve dos professores do Campus I da UFPB, em reunião realizada ontem na sede da ADUFPB-JP, definiu um calendário de atividades para a primeira semana de greve. Como parte destas atividades destaca-se a "comemoração" do dia 1º de abril, que os docentes definiram como o DIA DA MENTIRA DO GOVERNO FHC, sob o slogan "Mentira tem perna curta". Veja a comissão de mobilização e o calendário das atividades.

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

ALDENIRA MARIA DE ARRUDA; ALEXANDRE NÁDER; ANA CLÁUDIA PEIXOTO; ANA TEREZA; ANTONIO JOAQUIM R. FEITOSA; ANTONIO JUSTINO FILHO; ANTONIO RUFINO; CESAR CAVALCANTI DA SILVA; CLAUDET COELHO GUEDES; ELISA BEZERRA MINEIROS; EVANZIO ROQUE DE ARAÚJO JR; FERNANDO GALDINO TOSCANO; HENRIQUE MAGALHÃES; JAIME ARAÚJO DE LIMA; JOÃO ANDRADE; JOSÉ ALEXANDRINO FILHO; JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA; LUIZ DE SOUSA JUNIOR; LUIZ GONZAGA; MANOEL FERNANDES DE S. NETO; MARCOS AYALA; MARCOS MONTENEGRO BATISTA; MARIA APARECIDA TAVARES FIALHO; MARIA BERNARDETE NÓBREGA; MARIA DAS GRAÇAS FREIRE; MARIA IGNEZ AYALA; MARILEIDE MELO; MARLI MORAIS DE LIMA; MERCEDES CAVALCANTI; NILSAMIRA DA S. OLIVEIRA (MIRA); NILZA; REGINA C. GONÇALVES; RONALDO MONTE DE ALMEIDA; ROSA GODOY; ROSANGELA OLIVEIRA; RUI GOMES DANTAS SÂMBARA PAULA F. RIBEIRO; SIMONE ELIZABETE D. COUTINHO; TEREZA MITSUNAGA; VALÉRIA DE MARCOS; VERALUCIA DO AMARAL e YARA R. PEREGRINO.

1º de ABRIL

MENTIRA TEM PERNA CURTA

Calendário das atividades de mobilização

DIA 31 DE MARÇO

Reunião da Comissão de Mobilização e Voluntários para preparação das atividades do dia 1º de abril

Local: sede da ADUFPB-JP

horário: 14h00

DIA 31 DE MARÇO

ASSEMBLÉIA GERAL

Local: auditório da Reitoria

horário: 9h00

DIA 1º DE ABRIL

"DIA DA MENTIRA DE FHC"

Local: entrada do CCHLA - Campus I - João Pessoa.

horário: 8h00

DIA 02 DE ABRIL

REUNIÃO NOS CENTROS

Local: Salas de Reunião

horário: 9h00

CCHLA-CE-CCSA-CCS-CT-CCEN-CCJ

A assessoria jurídica do ANDES-SN divulgou, na última reunião do setor das IFES, ocorrida em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de março, um parecer sobre a possibilidade legal do governo conceder reajustes salariais no corrente ano em função da realização das eleições presidenciais. Leia abaixo o parecer.

PARECER

Existe dispositivo exposto na Lei Eleitoral que veda a concessão de revisão geral de vencimentos, para recomposição da perda de seu poder aquisitivo, que exceda ao montante acumulado ao longo do ano eleitoral. Transcreve-se o artigo:

"Art. 73. São proibidos aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais. (...)

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos."

Portanto, somente é permitido ao administrador público, chefe dos Executivos Federal e Estadual, recompor as perdas existentes no ano da eleição; as perdas pretéritas porventura existentes - como é o caso dos servidores públicos federais - não poderão ser incluídas na revisão geral de vencimentos do ano da eleição. O dispositivo é expresso neste sentido. Cumpre ressaltar que se trata do reajuste previsto no art. 37, inciso X, da Constituição da República:

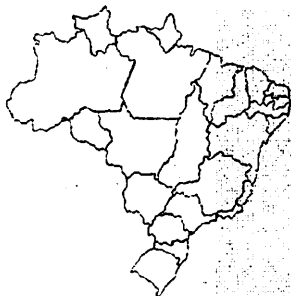
"Art. 37. (...) X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data"; 3.

Porém, pode-se afirmar que a Lei Eleitoral não faz qualquer referência no que diz respeito ao reajuste concedido aos servidores para a implementação do § 1º do art. 39 da Constituição Federal. Ou seja, inexistente, s.m.f., qualquer impedimento para que o Chefe do Executivo conceda reajustes parciais e específicos. Transcreve-se o teor da norma constitucional:

"Art. 39 (...) § 1º. A Lei assegura, aos servidores administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuição iguais e assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho"

Para efeito de reajuste para implementação da isonomia entre os três Poderes, a norma eleitoral não apresenta proibição.

ANDES-SN
Assessoria Jurídica Nacional



GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

QUADRO NACIONAL EM 30 DE MARÇO

A greve nas universidades federais brasileiras já é uma realidade e expressa o enfrentamento radical da comunidade universitária ao projeto de desmantelamento do ensino público superior do país, posto em prática pelo Governo FHC.

O quadro nacional de greve (ao lado, mais detalhado) é o seguinte:

18 AD's estão em greve por tempo indeterminado a partir de hoje, 03 entrarão em greve depois de 31 de março e mais duas (ADUFPB-CG e ADUFOA) estão em greve por tempo determinado.

06 AD's rejeitaram a greve e 11 ainda não se posicionaram.

Seções sindicais que entram em greve no dia 31 de março

ADUFPB-JP
APUB
ADUFU
ADCEFET-MG
APES-JF
ASPUV
ASPESAL
ADUFES
ADUnB
ADUFMAT
ADUFRJ
APROFURG
ADUFPEL
APRUMA
APUFSC
ADUFPB-PATOS

Seções sindicais que estão em estado de grevel

SESDUF-RR
ADUFAL
ADUFOP
ADUFUNREI
ADUNI-RIO

Seções sindicais que não informaram posição

ADUA APUFPR
ADUFAC ADOCA
SINDUTAM SINDOCEFET-PR
ADUC
ASDESAM
ADUFMAT-RO
ADEPM
ADAFSA

Seções sindicais que já estavam em greve

APUBH
ADUFPB-SOUZA

Seções sindicais que estão com indicativo de greve para depois de 31 de março

ADUFERPE (06/04);
ADUFC (14/04);
ADUFS (01/04).

Seções sindicais que condicionam a greve ao movimento nacional

ADUNIR (31/03).
ADUFCAP (31/03)

Seções sindicais que rejeitaram a greve

ADUFG
ADUFMS
ADUFMES(DOURADOS)
ADUR-RJ
ADUFRGS
ADUFPI

Seções sindicais que estão em greve por tempo determinado

ADUFPB-CG
ADUFOA

ASSEMBLÉIA GERAL**- INFORMES -****CONSUNI diz não ao Programa de Incentivo à**

Leia abaixo o teor do documento que o CONSUNI enviou ao MEC rejeitando o Programa de Incentivo à Docência - PID.

Docência

O Conselho Universitário, em reunião extraordinária realizada no dia 11 de março de 1998, decidiu, por unanimidade, rejeitar integralmente o Programa de Incentivo à Docência, instituído através da Medida Provisória nº 1616-15, de 12 de fevereiro do corrente ano. A decisão baseia-se no entendimento de que tal programa é inteiramente incompatível com os interesses e necessidades institucionais, considerando ainda,

1 - O Programa frustra as expectativas imediatas dos professores em perceber um indíavel reajuste salarial isonômico compatível com as reais perdas salariais dos docentes das IFES, decorridos mais de três anos de salários congelados. O programa não pode substituir o reajuste necessário e inadiável.

2) A medida do Governo estabelece, assim, injustificável discriminação e condenável exclusão, ao tempo em que se apresenta como instrumento desagregação da comunidade universitária, pois, além de contemplar uma parcela minoritária dos docentes, exclui por completo os servidores técnico-administrativos, que dão suporte qualificado e imprescindível ao processo de ensino aprendizagem nas IFES. Esse aspecto expõe ainda mais a inoportunidade do Programa, lançado num momento em que urge a correção de toda a defasagem acumulada na remuneração de todos os servidores civis da união.

3) O Programa revela-se também completamente inócuo enquanto proposta de valorização do docente e melhoria do desempenho acadêmico. A qualidade do ensino não se vincula estritamente à presença em sala de aula. Requer, também e sobretudo, participação efetiva do professor em atividades de pesquisa e extensão.

4) O Conselho Universitário manifesta apoio integral às justas reivindicações de professores e funcionários, firmando o seu posicionamento contrário a iniciati-

vas semelhantes ao PID, que só evidenciam descompromisso com a causa da educação e desconhecimento da relevância social da Universidade pública, em particular do Sistema Federal de Ensino Superior.

5) A UFPB, consciente de sua responsabi-

lidade institucional, considera, por fim, indispensável a participação conjunta do Ministério da Educação e do Desporto e de todas as IFES na formulação de um programa que venha ao encontro da melhoria do ensino de graduação associado à pesquisa e à extensão.

ADUFPB-JP divulga nota de alerta sobre o convênio com GEAP

A nota abaixo foi divulgada nos principais jornais de João Pessoa com o objetivo de informar aos docentes sobre a cilada em que pode se transformar a concordância com as mudanças que a GEAP quer implantar no contrato com a UFPB.

A Diretoria da ADUFPB-JP alerta aos professores da UFPB Campus I, participantes do Plano de Saúde da GEAP, para não assinarem o termo aditivo do convênio UFPB/GEAP que está sendo posto a disposição dos professores, face aos seguintes motivos:

1) Os professores participantes deste plano de saúde tiveram o atendimento clínico suspenso desde o dia 13 de fevereiro de 1998 quando passaram a ter, apenas, direito ao atendimento de urgência / emergência, medida esta tomada unilateralmente sem a devida comunicação prévia e pessoal aos participantes, embora estes continuassem honrando suas obrigações para com a Fundação.

2) A Diretoria da ADUFPB-JP entende que neste caso a GEAP optou por chantagear e agir de

forma coercitiva para com os participantes do seu plano de saúde ao condicionar a regularização do atendimento médico à assinatura de um novo termo aditivo, inclusive modificando cláusulas contratuais vigentes no convênio firmado entre aquela fundação e a UFPB.

3) O termo de autorização de adesão ao novo Termo Aditivo do contrato GEAP/UFPB, conduz à aquiescência do participante sem que seja colocado o documento relativo às mudanças ocorridas no contrato para conhecimento dos interessados.

4) A Diretoria da ADUFPB entende que a assinatura do termo aditivo, à esta altura, antes de terminado o período de vigência do contrato GEAP/UFPB implica num precedente negativo que poderá ocasionar outros problemas futuros, como uma nova suspensão da prestação dos serviços.

A ADUFPB-JP convida todos os professores participantes do Plano de Saúde da GEAP para uma reunião na próxima quarta-feira, dia 18 de março, às 9h00, no auditório do Centro de Tecnologia.

Quadro Sintético das Ags

SSind.	AG	PID	Greve	Próx.AG
Adufpa				12
Apruma	3/3	contra	estado	11
Adufpi	2/3	contra	estado	11
Adufc	17/2-3/3	contra	estado	
Adufpcg	5/3	contra		Ag perm.12
Adufpcj	5/3	contra		12
Adurn	19/2	contra	estado	Ag perm.
Adufepe	17/2-5/3	contra	estado	
Aduferpe	4/3	contra	Indicativo S/data	
Adufs	4/3	contra	estado	12
Adufal	5/3	contra	estado	11
Apub	18/2-5/3	contra	indicativo s/data	11
Adunb	19/2-4/3	contra	indicativo	
			semana-23	Ag perm.
Adufg	3/3	contra	estado	9
Adufmat	18/2-4/3	contra	indicativo 16/3	Ag perm.10
Adufems	3/3	contra	estado	11
Adufu	19/2-	contra	indicativo	
11/3	10			
Apubh	18/2-5/3	contra	indicativo	
s/data	11			
Adcefetmg	5/3		rejeitado	
indicativo	12			
Apesjf	5/3	contra	indicativo 16/3	11
Adufop	17/2	contra	estado	
Adufes	5/3	contra	indicativo s/data	11
Adufrj	5/3	contra	indicativo dia 23	
Aduni-Rio	4/3	contra	estado	
Adcefet-rj				
Aduff	3/3	contra	estado mob.	11
Adur-rj	5/3	contra	estado	
Adufscar	17/2-3/3	contra	indicativo s/data	
Adepem	17/2-	contra		10
Apufsc	5/3	contra	indicativo s/data	
Apufpr	18/2-4/3	contra	greve p/tempo determin.	11
Sindocefet	4/3	contra	estado	
Adufrgs	5/3	contra	estado	
Aprofurg	262-3/3	contra	estado	Perm.12
Adufpel	18/2-3/3	contra	indicativo 16/3	Perm.11
Sedufsm				11

ADUFPB-JP/SSind

Seção Sindical do ANDES-SN - Filiação à CUT

curtas

Mais professores

O MEC, através do seu Secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta, prometeu, na última quarta-feira, preencher 2.000 das 5.000 vagas existentes no quadro de professores das universidades públicas brasileiras. A promessa de Abílio aconteceu durante reunião com a direção nacional do ANDES SN e foi entendida, pela imprensa nacional, como uma tentativa de arrefecer os ânimos do corpo docente que se encontra em crescente mobilização. Em relação ao aumento de 48,65 e outras importantes reivindicações, a resposta oficial continuou negativa.

É do PMDB?!

Uma notícia publicada no Jornal Correio da Paraíba de 01 de março de 1998 trouxe um detalhe que causou surpresa. A notícia se referiu a possibilidade do PMDB da Paraíba perder os cargos que controla no estado devido ao provável apoio a Itamar Franco. O DETALHE: Entre os principais cargos a serem "perdidos" pelo PMDB, segundo a matéria, está o do Sr. Jáder Nunes - Reitor da UFPB ?!

Mobilização no País

O movimento nacional é intenso e além da mobilização local algumas outras ações estão sendo propostas, entre as quais destacamos: 1) de 10 à 13/03, rodada nacional de Assembléias Gerais das seções sindicais do ANDES; 2) 17 à 19/03, Campanha Nacional de Luta contra as reformas (previdência e administrativa). Concentração em Brasília e manifestação nos estados; 3) 18 e 19/03, indicativo de greve dos docentes das IFES; 4) 18/03, visita às delegacias regionais do MEC (S. Sind.); 5) 19 e 20/03, reunião do setor das IFES; 6) 19/03 ida dos docentes das IFES ao MEC; 7) 24 à 26/03, rodada nacional de AGs.

Boletim

João Pessoa/PB
17 de Março de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFPB - JOAO PESSOA

Docentes param dias 18 e 19

Os professores da Universidade Federal da Paraíba, em unidade com o restante dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior do país - IFES, decidiram em assembléia geral realizada no dia 13 de março do corrente, deflagrar greve de alerta por dois dias (18 e 19/03) com o objetivo de conquistar um reajuste salarial, na ordem de 48,64%, conforme cálculos do DIEESE relativos às perdas salariais dos últimos três anos.

A categoria decidiu também, repudiar o Programa de Incentivo à Docência - PID, proposto pelo Governo FHC, por entender que este programa, além de não atender às reivindicações salariais dos professores, objetiva criar um clima de disputa e divisão interna entre os docentes das IFES e introduzir a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os professores universitários convidam a comunidade universitária a participar da luta em defesa da Universidade pública e de um ensino de qualidade. Para tanto, estaremos realizando nestes dias atividades que visam tornar públicos os motivos de nossa luta.



AGENDA DA GREVE DE ALERTA

Dia 18/03

09 horas

REUNIÃO COM PARTICIPANTES DA GEAP

Local: Auditório do CT

10 horas

*CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO PONTO DE CEM
RÉIS PARA ATO PÚBLICO EM FRENTE À DMEC*

19:30 Horas.

*REUNIÃO PREPARATÓRIA DOS 150 ANOS DO
MANIFESTO COMUNISTA*

Local: Auditório 412 do CCHLA

Dia 19/03

09 Horas

ASSEMBLÉIA DA CATEGORIA

Local: Auditório da Reitoria

Pauta: - Avaliação de conjuntura

- Indicativo de data para greve
por tempo indeterminado

15 Horas

*REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE
POLÍTICA EDUCACIONAL (GTPE)*

Local: ADUFPB/JP

Pauta: Organização do Seminário local sobre o Pla
no Nacional de Educação - PNE



1 MILHÃO

de pessoas em defesa do Plano Nacional de Educação - PNE

A principal atividade de greve dos professores universitários, conforme decisão de sua Assembléia Geral, será a coleta de assinaturas junto à população, em defesa do Plano Nacional de Educação - PNE, elaborado pela sociedade civil e consolidado no II Congresso Nacional de Educação, ocorrido em novembro de 1997 na cidade de Belo Horizonte. A elaboração de um Plano Nacional de Educação resulta do processo constitucional de 1988 e foi ratificado na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A importância do PNE está em definir metas para a universalização de todos os níveis de ensino e garantir as condições financeiras para a execução das medidas aprovadas. A meta de 1 milhão de assinaturas em defesa do PNE da sociedade civil tem por finalidade angariar esforços no sentido de rechaçar a proposta do Governo em aprovar um outro PNE sem nenhuma discussão com os setores ligados à educação.

Informes da reunião do ANDES/SN com o Ministro da Educação

No dia 13 de março de 1998, o ANDES conseguiu, após cerca de 1 ano de tentativas, audiência com o Ministro da Educação e Cultura, Paulo Renato. Nesta reunião foi entregue ao Ministro a pauta de reivindicações do setor das IFES (tirada na plenária dos representantes sindicais de todas as IFES), protocolada no MEC desde dezembro de

1996 e o documento resultante da reunião do setor da IFES e das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), contendo as reivindicações emergenciais e calendário de atividades.

Nesta reunião o Sr. Paulo Renato, após ouvir o arrazoado da Direção do ANDES-SN, posicionou-se nos seguintes termos:

1 - Em relação ao reajuste salarial de 48,65: a posição do governo é de não conceder reajuste salarial para os Servidores Públicos Federais - SPFs.

2 - Sobre a retirada do PID: não aceita a idéia de retirar a Medida Provisória (MP) 1616/15, mas disse estar aberto à discussão sobre o programa, tendo como referencial a própria MP;

3 - Sobre a ampliação de vagas e abertura de concursos: admite conversar sobre a questão, adiantando inclusive, que está mantendo contatos com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigen-

tes das IFES) sobre o assunto. É importante ressaltar, que logo após esse encontro, a imprensa noticiou a possibilidade de abertura de concurso e contratação de cerca de três mil novos professores;

4 - Sobre a instalação de mesas de negociação com vistas à discussão e encaminhamentos, dissolução das reivindicações salariais: o Ministro da Educação delegou ao Secretário da SESU-MEC, Sr. Abílio Baeta, a tarefa de encaminhar as discussões que dizem respeito ao ensino superior, excluindo as reivindicações salariais. Segundo o Ministro esta questão seria resolvida a médio

prazo com a aprovação da autonomia universitária nos termos propostos pelo Governo.

5 - Sobre a decisão do STJ, em relação aos 28,86%: o entendimento do Governo é de que algumas categorias já tiveram reajustes iguais ou superiores ao concedido aos militares. Por outro lado disse não ter autorização para entendimento em mesa de negociação que envolva a questão salarial, acrescentando que a situação atual é mais difícil que a do ano anterior, em função da crise fiscal e das dificuldades para manter a estabilidade da moeda.

Boletim

João Pessoa/PB
20 de Março de 1998

DA COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPB - JOAO PESSOA

Indicativo de GREVE

Os professores da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - João Pessoa, decidiram em Assembléia Geral realizada quinta-feira, 19 de março, com a presença de 190 participantes, por um indicativo de greve por tempo indeterminado, com proposta de deflagração no dia 30/03/98 condicionada à adesão comprovada da maioria das IFES.

A deflagração da greve por tempo indeterminado a partir do próximo dia 30, portanto, dependerá de uma decisão da categoria a ser tomada na Assembléia Geral que os professores realizarão no dia 26 deste mês, no auditório da reitoria da UFPB, ocasião em que será avaliado se a paralisação das atividades dos docentes das universidades federais do país é ou não oportuna.

Até lá, como parte da mobilização para a Assembléia Geral do dia 26, estão programadas reuniões do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP (23/03) e também reuniões por unidades de ensino-centros (24 e 25/03). Os professores da UFPB podem entrar em greve com o objetivo de forçar o atendimento, por parte do Governo Federal, das seguintes reivindicações: reajuste emergencial de 48,65%, baseado em cálculo de perdas salariais acumuladas desde janeiro de 1995, feito pelo Dieese; retirada da Medida Provisória 1616/15 que instituiu o Programa de Incentivo à Docência (PID) e a abertura de concurso para preenchimento de vagas no quadro de professores das IFES.

é para o dia 30



Programa de reuniões preparatórias

para a Assembléia Geral do dia 26 de março

Reunião do Conselho de Representantes e da Comissão de Mobilização será no dia 23 de março de 1998, às 15h30

PAUTA:

- 1) Informes
- 2) Avaliação das deliberações da reunião do Setor das IFES
- 3) Preparação das reuniões por centros
- 4) Outros assuntos

REUNIÕES POR CENTRO

CCHLA	25/03 - Quarta-feira	9h00	aud.: 411
CCEN	24/03 - Terça-feira	9h00	aud.: biologia
CCS	25/03 - Quarta-feira	9h00	aud.: CCS
CE	25/03 - Quarta-feira	9h00	sal.: reunião
CT	24/03 - Terça-feira	8h00	sal.: reunião
CCJ	25/03 - Quarta-feira	9h00	auditório
CCSA	25/03 - Quarta-feira	9h00	aud. Azul

PAUTA:

- 1) informes
- 2) Avaliação das deliberações da reunião do Setor das IFES
- 3) Encaminhamentos



A mobilização no país

Em nível nacional a mobilização reforça a probabilidade de greve por tempo indeterminado e as respectivas assembleias gerais apontam os últimos dias do mês de março como datas para deflagração da paralisação. Nos quadros ao lado, a relação das seções sindicais cujos professores associados paralisaram as suas atividades nos dias 18 e 19 (quadro 1) e que estão com indicativo de greve por tempo indeterminado (quadro 2).

Seções sindicais que pararam nos dias 18 e 19 de março

APES-JF	ADUFOP
ADOURADOS	ADUFG
ASPESAL	ADUFMAT
APUB	ADUFSCAR
ADUFEPE	APUFSC
ADUFPB-JP	ADEPM
ADFCAP	ADUFPR
CEDUFISM	ADUFRGS
ASPUV	ADUFPEL
ADUFF	APROFURG
ADUFPA	ADCEFET-MG;
ADURN	ADUnB
ADUFMAT-RO	SINDOCEFET-PR
ADUNIR	
APRUMA	
ADUFPI	
ADUFPB-PATOS	
APUBH	

Seções sindicais que decidiram por indicativo de greve

ASPESAL
APUB
ADUFPB-JP
ADUNIR
APUBH
ADUFG
ADUFMAT
ADUFSCAR
APUFSC
ADUFPEL
ADUnB
ADUFU
ADUFERPE
APESJF
ADUFES
ADUFRJ
ADUFMS

ASSEMBLÉIA GERAL

**Dia 26 de março, as 09h00,
no Auditório da Reitoria**

Pauta:

- 1) Informes
- 2) Indicativo de Greve para o dia 30/03



Professor, participe!

RÁPIDAS

Em artigo na Folha de S. Paulo de 18 de março o ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza se disse "surpreso com a reação negativa de alguns reitores, conselhos e entidades de professores, simplesmente rejeitando o programa". O ministro se referia ao Programa de Incentivo à Docência - PID que, segundo ele, "além de seus méritos específicos tem impacto positivo na remuneração dos professores". No mesmo artigo o ministro reafirma a intenção do Governo de não conceder aumento linear para os professores e diz não aceitar a rejeição "in limine" do PID. Paulo Renato diz também que implementará no Governo implementará o PID apesar da rejeição dos professores.

★★★

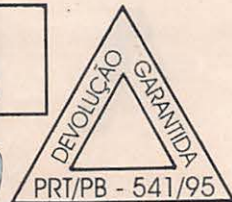
Já FHC afirmou, na mesma edição da Folha de S. Paulo, que "se os ministros da Fazenda, Planejamento e da Casa Civil não baterem o pé contra" fará voltar os investimentos nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia aos níveis anteriores à crise das bolsas asiáticas.

De duas coisas temos certeza:

- 1) Os níveis de investimento anteriores à crise das bolsas asiáticas também eram insuficientes.
- 2) Os ministros vão bater o pé.

Boletim

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95



ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do ANDES - Sindicato Nacional do Ensino Superior
João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Março de 1998 - Nº 61

ASSEMBLÉIA GERAL

Programa de Bolsas do Governo Federal de Incentivo à Docência

ENTENDA:

★ *O que é o Programa e o que o governo federal quer com a Medida.*

Página 2

★ O que o Movimento Docente propõe sobre o tema e quais as decisões já tomadas pelas entidades sobre a questão.

Página 3

VEJA MAIS:

★ ADUFPB-JP prepara ação contra a GEAP.

Página 4

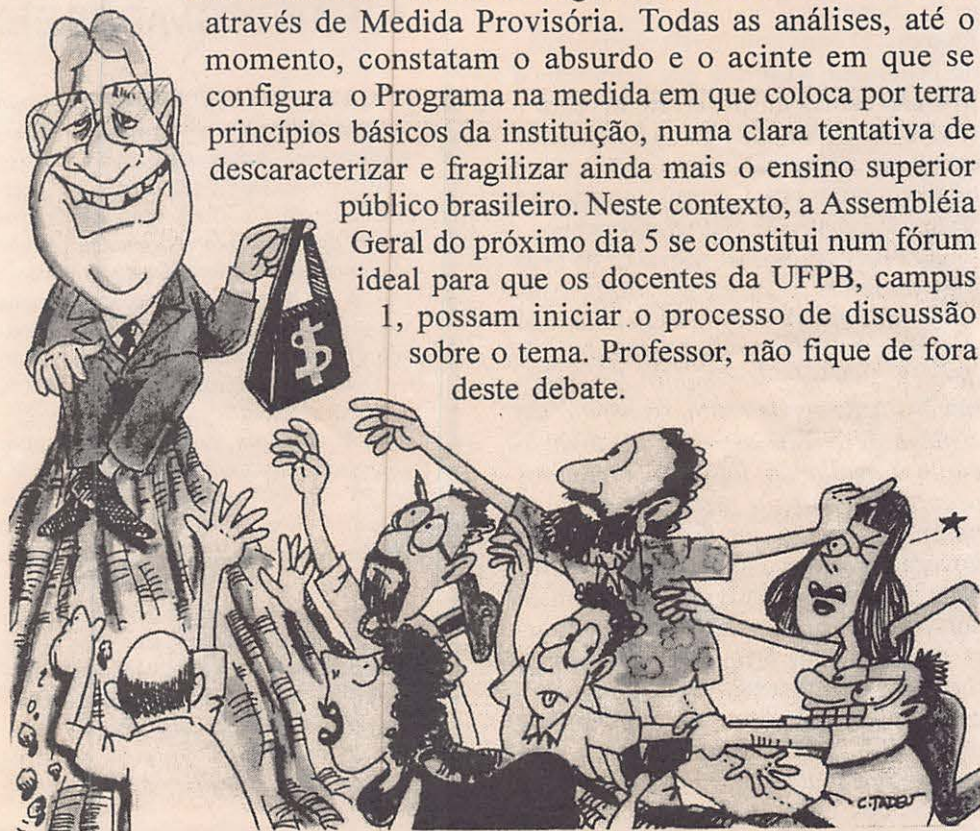
★ Docentes exigem compromisso do Reitor sobre recadastramento.

Página 6

★ BRINDE DA CIDADANIA:

Recorte as páginas 7 e 8 e recolha assinaturas para o PNE

O Governo Federal cometeu mais um atentado contra a universidade ao instituir o Programa de Incentivo à Docência através de Medida Provisória. Todas as análises, até o momento, constataam o absurdo e o acinte em que se configura o Programa na medida em que coloca por terra princípios básicos da instituição, numa clara tentativa de descaracterizar e fragilizar ainda mais o ensino superior público brasileiro. Neste contexto, a Assembléia Geral do próximo dia 5 se constitui num fórum ideal para que os docentes da UFPB, campus 1, possam iniciar o processo de discussão sobre o tema. Professor, não fique de fora deste debate.



DIA
05 de
Março

ASSEMBLÉIA GERAL

No Auditório da Reitoria, às 9 horas

Pauta:

1) Informes; 2) Plano de Bolsas de FHC; 3) GEAP; 4) Ação Jurídica (3,178%) e 5) Estado de Greve

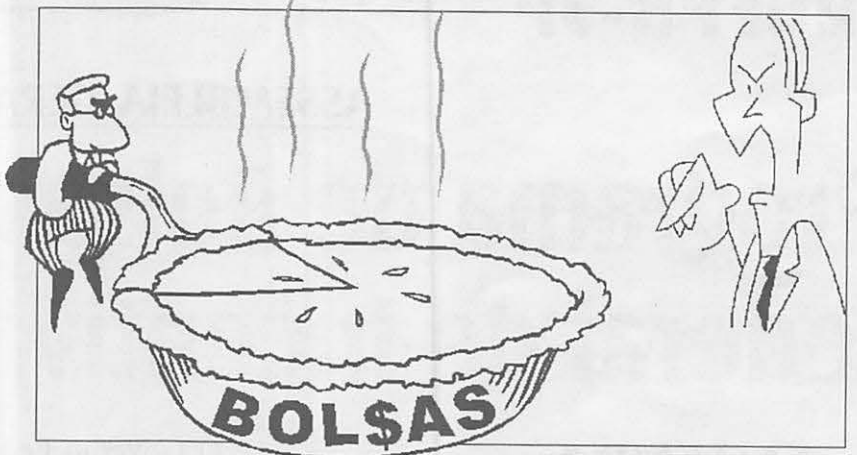
A bol\$a & a vida

Governo implanta programa que cria disputa entre docentes

O governo federal implantou, através de Medida Provisória editada em fevereiro, o que chamou de "Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)". O Programa, que foi concebido com falhas absurdas, tenta camuflar o real interesse do governo de atropelar a campanha salarial do movimento docente que toma corpo em todo o país.

O principal sintoma de que a medida não passa de mais uma "manobra" governamental contra a mobilização dos docentes é o próprio texto do Programa que, feito apressadamente, não determina critérios claros para a concessão -ou não- das bolsas e, de imediato, exclui do direito ao "benefício" mais de 60% dos professores. O ônus político da implantação do Programa, na forma que determina a MP, não caberá a FHC e sim ao reitor e chefes de departamento que terão que escolher, não se sabe como e com que critérios, quais entre os seus colegas vão levar para casa o já malogrado abono.

O objetivo da MP, afirmam os seus idealizadores, é suprir a falta de estímulos que promovam a dedicação dos docentes à melhoria da qualidade acadêmica, criando, no âmbito das instituições federais de ensino superior, um sistema de bolsas associado a dedicação e à avaliação de contribuição dos professores para a melhoria do ensino de graduação. De uma única vez o governo reconhece a sua irresponsabilidade em relação a atividade acadêmica como um todo, tenta escamotear esta irresponsabilidade fazendo ver aos incautos que "quer incentivar a docência" como se esta não fosse parte integrante de um sistema de múltiplas facetas e joga para o ar algumas moedas para que os professores, entre sopapos e empurrões, disputem os níqueis entre si.



CRITÉRIOS VAGOS E EXECUÇÃO IMPRATICÁVEL

★ Segundo a MP todas as IFES estão aptas a participar do Programa que é dirigido, apenas, a docentes do quadro efetivo com título de Doutor, de Mestre e de Especialista, desde que estes não recebam proventos de aposentadoria de qualquer órgão do serviço público ou bolsa de formação.

★ A cada IFES será concedida uma quota de bolsas correspondente a, no máximo, 60% do número de docentes com título de Doutor, 50% com título de Mestre e 30% de Especialização.

★ As bolsas serão de 3 tipos: para professores com título de Doutor, no valor de R\$ 1.100,00 mensais; para docentes com título de mestre no valor de R\$ 750, 00 mensais e para os docentes com especialização no valor de R\$ 400,00 mensais.

★ A quota de bolsa de cada instituição será distribuída internamente as unidades / departamentos respeitando-se o mesmo critério básico utilizado para a concessão da quota a IFES como um todo.

★ Uma comissão Especial vinculada a Reitoria deverá definir o modo de opera-

cionalização do Programa na IFES, explicitar os resultados esperados em termos de melhoria do ensino e os indicadores que servirão de referência para o acompanhamento e avaliação pelo MEC.

★ A seleção dos candidatos e a atribuição das bolsas será responsabilidade do departamento, atendendo-se, pelo menos, os seguintes requisitos básicos: a) regime de trabalho contratado de 40 horas ou Dedicação Exclusiva. b) dedicação de pelo menos 10 horas semanais a docência, incluindo obrigatoriamente 6 horas semanais no ensino de graduação com efetiva presença em classe.

★ Os candidatos a bolsa do Programa deverão atestar, ainda, perante Comissão de Avaliação em sua área de atuação a ser constituída pela IFES, produção intelectual reconhecida e submeter a apreciação, pela mesma Comissão, projeto individual ou em colaboração, de efetivo interesse para a qualificação do ensino de graduação com envolvimento direto de alunos de graduação e pós-graduação.

Boletim

ADUFPB-JP

é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/
Sindicato Nacional Filiada à CUT -
Centro de Vivência - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375
e-mail: adufpbjp@funape.ufpb.br

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-Presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:

Luiz de Sousa Júnior
Diretor de Política Social
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa/Divulg.:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria
Laércio Losano

Criart

Acessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117

Jornalista Responsável - Gilson Renato - DRT/PB - 821
Diagram. e Edit. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

ADUFPB-JP decide repudiar medida provisória

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP e o seu Conselho de Representantes decidiram, em reuniões paralelas acontecidas no dia 17 de fevereiro, repudiar veementemente a tentativa do governo FHC de implantar o Programa de Bolsas para Incentivo à Docência. Os dois fóruns entenderam que a medida, além de arbitrária, atenta

contra princípios básicos e fundamentais da universidade como, por exemplo, a desvalorização da pesquisa e extensão em relação ao ensino (graduação), a isonomia entre professores em atividade de pesquisa, em sala de aula, e aposentados e, entre outros acintes, tenta escamotear a irresponsabilidade do Governo Federal em

relação à situação caótica das universidades brasileiras.

Leia abaixo a íntegra do documento elaborado pelo Conselho de Representantes da ADUFPB-JP que resume as deliberações da entidade sobre Programa do Governo e objetiva oferecer subsídios para discussão do assunto entre os docentes.

ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS POLÍTICOS

1. INTRODUÇÃO

Apresentação do Projeto Governamental em suas características fundamentais

2. ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO GOVERNAMENTAL

Após mais de três anos sem reajuste salarial para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e ainda a promessa, contida no pacote de reajuste econômico Real II de outubro/novembro passados, de pelo menos mais um ano sem reajuste salarial para os trabalhadores nos serviços públicos federais, o Governo institui, através da décima quinta edição de uma Medida Provisória (MP 1616-15 de 12/02/98), o Programa de Incentivo à Docência nas Instituições de Ensino Superior surpreendendo a categoria pela forma e conteúdo dessa medida.

1. ARGUMENTAÇÃO POLÍTICA

O Governo FHC tem consciência, particularmente no contexto de um ano eleitoral, do clima de insatisfação que reina na totalidade das IFES. A política de aviltamento salarial dos professores universitários, o objetivo de inviabilizar as administrações universitárias mediante o corte draconiano dos recursos indispensáveis à manutenção dessas instituições e o estrangulamento das atividades acadêmicas, através do cerceamento das condições de seu pleno exercício e indispensável desenvolvimento, representam o quadro da vigente política governamental em relação às IFES. A intenção do Governo salta aos olhos: demonstrar, através da asfixia dessas instituições, a sua inoperância e o seu caráter inócuo, perante a sociedade, a fim de facilitar a intencionalidade de fundo: liquidar com a Universidade Pública Brasileira. O raciocínio que subjaz a esta insensatez governamental se reveste de uma lógica trivial, que pode ser expressa através de uma imagem singela: se o coqueiro produz um coco ruim, por falta do cultivo e do tratamento apropriados, a solução é o machado.

A insatisfação justificada e a oposição ao Governo FHC, predominantes nas Universidades Federais Brasileiras, inspiraram o serviço de inteligência política do Governo. A fim de quebrar uma maciça oposição que, se inteligentemente mobilizada, poderá influir eleitoralmente em detrimento da reeleição de FHC, o Governo decidiu lançar o antídoto, apostando na divisão: o Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Tentando driblar o problema crucial do aviltamento salarial e do reajuste salarial que se afigura como imperativo, o Governo apela para a figura do "Incentivo à Docência", uma espécie de edição piorada do conhecido "Pó de Giz" - que bem retrata a degradação da Educação nos 1º e 2º graus - à qual o Governo FHC nada acrescentou de qualitativamente novo, durante os quatro anos de reinado da aliança de direita que o caracteriza. A aposta do Governo, através do seu "Incentivo - Pó de Giz", é patente: o Governo aposta na corrida dos professores, acusados pela defasagem salarial, a fim de abocanharem alguma fatia da verba destinada ao famigerado "Incentivo". Pretende, na verdade, incentivar a divisão e a fragmentação desse bloco de oposição, contando com a corrida dos professores à cata de serem contemplados nesse jogo de dados. A Universidade Pública Brasileira seria, finalmente, transformada em casa lotérica: as lutas fundamentais pelo seu soerguimento e pela sua construção - em vários níveis - estariam amordaçadas: a divisão, por conta de migalhas, uma vez instalada, propiciaria o essencial: o enfraquecimento e o esfacelamento das IFES. Dessa forma, qual Fênix renascida das próprias cinzas, ressurgiria, atualizado, de seu estado fóssil, o pertinaz Projeto GERES.

É importante ressaltar, ainda, a forma autoritária que o Governo tem utilizado, constantemente, no relacionamento com a sociedade. É mais uma medida provisória. Aliás, não custa lembrar que é a 15ª reedição da MP 1.616, desconhecendo, com esta prática, a existência de outras representações sociais que não apenas o Poder Exe-

cutivo. No caso concreto, há pelo menos dois anos que O ANDES-SN, a FASUBRA-Sindical, a ANDIFES, a UNE e parlamentares do bloco de oposição têm procurado o diálogo com o MEC e com o MARE sobre as questões das IFES, particularmente a questão salarial dos docentes e técnicos-administrativos e não têm encontrado acolhimento.

2. ARGUMENTAÇÃO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL

Tornou-se lugar-comum, particularmente no período do Governo FHC, o argumento de que a prioridade ao Ensino Fundamental justifica a privação de recursos até para a mera manutenção das IFES. Este sofisma não enrubesce diante da evidência lógica e histórica de que não é possível Ensino Fundamental sem docentes competentes: e não se produzem tais docentes necessários ao Ensino Fundamental sem Universidades academicamente vigorosas.

O mesmo sofisma subjaz ao "Incentivo - Pó de Giz". A retórica invoca a melhoria da Graduação nas Universidades. Enquanto essa retórica ressoa, os salários dos professores continuam se depauperando, os concursos públicos para o quadro docente permutados pela permanência da figura episódica do professor substituto, as bibliotecas defasadas, os laboratórios em regime de precariedade ou sucateados. Enquanto isso, o Governo apela para o alheamento do que alcunha de "Incentivo".

A grande tradição universitária, historicamente consolidada nas mais renomadas universidades, ensina que o verdadeiro incentivo consiste em salário condigno e condições adequadas ao desenvolvimento acadêmico, que propiciem um trabalho competente (no ensino, na pesquisa e extensão) e, por isso mesmo, socialmente relevante, nos saberes filosófico e científico e nas atividades culturais, as mais diversas. Não há que se incentivar a "Graduação". Há que se incentivar e se incrementar a vida universitária na unidade de sua múltipla dimensionalidade: a produção do saber (pesquisa) condiciona a transmissão do saber (ensino de graduação e de pós-graduação): ambos induzem a relevância social (extensão). O "Incentivo - Pó de Giz", jogado pelo Governo como isca para incautos, não passa de uma medida tópic, fragmentária e de intenção fragmentista, como uma espécie de esmola a ser disputada por docentes relegados à mendicância. Trabalhar bem e competentemente no ensino de graduação é e deve ser "jugar-comum" para os que enveredam pelo caminho da docência universitária. Isto não comporta nenhum incentivo "especial", embora reclame as condições apropriadas que deveriam ser rotineiras porque habituais e permanentes para a vida acadêmica na sua totalidade complexa.

Este "Projeto de Incentivo", recentemente saído das fornhalhas governamentais, não ultrapassa, na verdade, o nível da mais excêntrica sofística. A Universidade Pública Brasileira e a inteligência nacional, freqüentemente ultrajadas, saberão reduzi-lo à sua inconsistência originária: ao pó da História.

3. ENCAMINHAMENTOS POLÍTICOS

Diante da análise e avaliação efetuadas, o Conselho de Representantes da ADUFPB-JP-SSind, reunido (aproximadamente 40 presentes), no dia 17/02/98, decidiu, por unanimidade:

- 1) repudiar veementemente o referido Programa e convocar os docentes do Campus I da UFPB para uma mobilização que objetive a rejeição da PM pelas IFES e a conquista de um reajuste salarial emergencial calculado segundo ICV/DIEESE (48,65%);
- 2) Exigir do CONSUNI e da Reitoria posicionamento contrário a implantação da MP e que isto seja levado à ANDIFES;
- 3) Buscar apoio a nossa luta em outros setores da sociedade convocando inicialmente o Fórum Paraibano em Defesa da Escola Pública;
- 4) Articular a campanha salarial com a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de iniciativa popular do Plano Nacional de Educação aprovado no II CONED.

Entidade prepara ação contra a GEAP

A ADUFPB-JP vai entrar com uma representação junto ao Ministério Público Federal contra a GEAP - Fundação de Seguridade Social -, pela suspensão indevida do atendimento aos professores universitários com os quais mantém convênio.

Paralelamente a essa representação, os participantes do convênio poderão se dirigir ao Procon/PB situado na Rua Rodrigues de Aquino - Jaguaribe, onde deverão prestar reclamações individuais. A ADUFPB-JP encaminhará ao Procon cópia da representação acima mencionada.

A Diretoria da seção sindical entende que as mudanças provocadas pela GEAP nas regras do seu Plano de Saúde para os participantes da UFPB foi uma forma irregular encontrada pela Fundação para anular o convênio.

De acordo com as mudanças promovidas pela Fundação, as regras do seu Plano de Saúde para os participantes da UFPB passam a ser as seguintes:

1 - O desconto diminui de 6,9% para 4% e o valor correspondente a esse percentual não pode ser inferior a R\$ 30,00 nem superior a R\$ 120,00.

2 - Além dos 4% para cada titular do plano, serão descontados 24 reais por cada beneficiário ou dependente, inclusive o titular.

3 - O percentual (os 4%) de contribuição financeira do participante poderá ser revisto a qualquer tempo, segundo a GEAP. As mudanças foram definidas pelo Conselho de Administração da GEAP e comunicadas à Reitoria da UFPB.

Posição da ADUFPB-JP sobre a questão GEAP

Ao analisar o problema criado com a imposição da GEAP, a diretoria da ADUF-JP decidiu exigir da GEAP, se necessário na justiça, a manutenção dos serviços nos termos contratuais anteriores por mais 60 dias e submeter a questão à análise da Assembléia Geral do dia 5 de março de 1998.

Leia, na página 5, artigo do professor Derval Gólzio sobre o tema.



PARA ENTENDER O CASO

No ano passado a GEAP mandou ofício para a Reitoria da UFPB exigindo a contrapartida da Universidade no convênio firmado entre as duas partes.

É que de acordo com esse convênio, os professores pagariam a metade dos 6,9% estipulados no contrato e a UFPB pagaria o resto. Como a Universidade à época não tinha verba para tal, os professores acordaram em assembleia, que pagariam individualmente as duas partes durante um ano. Eles, numa manobra técnica, iriam ceder a sua parte para a universidade, que, por sua vez, passaria o dinheiro para a GEAP.

Cerca de um ano depois a GEAP avisou que para o contrato continuar a UFPB teria que pagar a parte dela.

Em resposta a GEAP, no mês de dezembro do ano passado, a Universidade disse que assumiria integralmente a parcela de contribuição que lhe competia na condição de patrocinadora, considerando que, para o exercício financeiro de 98, a Universidade disporia de recursos orçamentários específicos para esse fim.

A GEAP, por sua vez, disse que não poderia continuar com o convênio e citou como causa para anular o contrato um Decreto-Lei do Governo que veda, no exercício de 98, a solicitação de crédito adicional para custear benefícios com assistência à saúde, qualquer que seja a fonte de recursos.

Através de ofício enviado a Funda-

ção, em janeiro desse ano, a Reitoria disse que não haveria para a universidade, a necessidade de solicitação de crédito adicional, já que a UFPB dispõe, para o exercício de 98, de recursos orçamentários, da ordem de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais), destinados ao cumprimento da cláusula firmada com a GEAP. Ainda no ofício a UFPB pede para a GEAP reconsiderar na sua decisão de cancelar o convênio com a Universidade.

No dia 27 de janeiro a GEAP enviou um ofício em resposta a UFPB afirmando que para que o convênio continuasse seria imprescindível que, até o dia 6 de fevereiro de 98 fossem tomadas as seguintes providências junto a Fundação: Especificação completa da classificação orçamentária da Universidade para os repasses à GEAP; Compromisso de repasse da parte da patrocinadora do percentual vigente no Termo Aditivo ao Convênio no que se refere à competência janeiro/98 e posicionamento da universidade sobre o Termo Aditivo elaborado com base na Resolução do Conselho de Administração da GEAP que, em reunião extraordinária, decidiu instituir os novos valores de participação dos professores da UFPB no plano de saúde da fundação. Concomitantemente a esta decisão, a GEAP suspendeu o atendimento aos beneficiários do convênio que, a partir de então, têm direito apenas a atendimento de urgência.

As omissões do senhor Reitor

Derval Golzio

O ofício circular nº 06/97, da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes), trouxe à tona mais uma faceta da atual administração da UFPB: é que nele, algumas recomendações deliberadas pela Comissão de Política de Recursos Humanos da Andifes não foram sequer levadas em consideração pelo reitor Jader Nunes, um dos integrantes da entidade.

As razões para não implementar as recomendações são completamente desconhecidas. Afinal de contas, as insistentes descon siderações do reitor para o convênio com a GEAP só seria explicado caso houvesse grandes interesses de planos de saúde outros em jogo. Como até então os professores conveniados desconhecem lobbies de outros planos de saúde que inviabilizem o convênio (e acreditamos não haver), a confusão se faz ainda maior.

Mas, o que sugere a Comissão de Política de Recursos Humanos da Andifes, que não fora implementada pelo reitor Jader Nunes? O texto do ofício circular é bastante explícito em seus oito pontos. O terceiro, após consenso dos nove representantes das IFES presentes à reunião entre o Diretor Executivo da GEAP, Ricardo Ackel, em novembro de 97, por exemplo, diz: "Cumprir parte que cabe às universidades, ou seja,, contribuir com o total de 3,9% de participação no programa assistencial, de seus servidores, nos termos da adesão prevista no respectivo Convênio e Termo Aditivo viabilizando (grifo nosso) o prosseguimento do atendimento pela GEAP e de acordo com o Decreto nº 81240/78.

Como se percebe, hoje, a GEAP está atendendo apenas em caráter de emergência aos conveniados da UFPB, professores e funcionários. Segundo informações prestadas pela Fundação GEAP, o procedimento do cancelamento do convênio deve-se a falta de agilidade da instituição em corrigir as pendências.

Nada mau para um reitorado que ainda não deu qualquer explicação à comunidade universitária sobre os episódios denunciados por professores integrantes do Núcleo de Informação Histórico Regional (NDHIR) sobre a gráfica universitária. Neste caso, um refresco à memória do reitor se faz imprescindível para que não esqueça (como o fez com as recomendações da Andifes sobre o convênio com a GEAP): a impressão de livros, pagos com recursos do FNDE estavam sendo feitas em quantidades bastante inferiores ao acordado, ou seja, os professores pesquisadores encomendavam 2 mil livros e só recebiam 800.

Ora, se os recursos do FNDE estão chegando em quantidade inferior ao aprovado pelos projetos de pesquisas enviados pelos professores do NHIHR, precisa ser dito. Caso contrário, idem. A denúncia continua de pé e sem a devida resposta do atual reitor ou mesmo seu pró-reitor de Administração, que faz o repasse do convênio FNDE/UFPB (NDIHR), para a Editora Universitária.

São casos que devem ser tratados com toda a presteza exigida. Uma administração transparente não pode se furtar a tais explicações à comunidade, seja do descaso com os conveniados da GEAP, seja dos livros impressos em quantidade insignificante. E é bom que seja tratado em períodos não eleitorais, para que o maniqueísmo não prevaleça. O ser de "direita" ou ser "progressista", nestes casos não se aplicam e a comunidade universitária se sentirá mais confiante sobre o destino da UFPB.

Professor do depto de Comunicação Social e membro do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP

RECADASTRAMENTO



Docentes exigem compromisso de Jáder

A direção da ADUFPB-JP encaminhou documento ao reitor Jáder Nunes com os 3 pontos considerados fundamentais, na assembléia geral dos docentes do último dia 4 de fevereiro, em relação ao programa de recadastramento dos servidores públicos implementado nas IFES. A intenção da ADUF é fazer ver à reitoria e, por seu intermédio, ao Consuni, a posição clara dos docentes da UFPB frente a questão.

No documento os docentes afirmam que, como entidade sindical representativa dos professores do Campus de João Pessoa, a ADUFPB-JP não pode deixar de manifestar-se sobre o recadastramento dos servidores-docentes e cobrar da própria UFPB posicionamentos e ações, seja de seu órgão máximo deliberativo em matérias político-administrativo - o CONSUNI - seja da Reitoria, sua instância executiva superior, que assegurem o tratamento da questão do recadastramento tendo como perspectiva norteadora a defesa e a valorização do serviço público de qualidade.

Ainda no documento os professores afirmam que a iniciativa do recadastramento dos servidores-docentes e técnico-administrativos das IFES, desencadeada pelo MEC segundo preceitos emanados do MARE, que vem sendo executado pelas próprias instituições gerou um clima de intranquilidade entre a categoria no Campus I da UFPB.

"Sua vinculação - inclusive temporal - com o último pacote, destinado a sanear o Estado e a colocar o Brasil a salvo de crises econômicas como as recentemente ocorridas no sudeste asiático, conforme a ótica neoliberal do atual governo, no qual, entre outras medidas, está prevista a demissão de cerca de 40.000 servidores públicos federais, foi o principal fator gerador dessa inquietação dos docentes", diz o documento.

Os 3 pontos definidos pelo documento são:

I - Defesa dos direitos adquiridos pelos servidores no ingresso e ao longo do tempo de sua atuação na UFPB (nesse caso o caráter público do processo seletivo ao qual o servidor se submeteu para ingresso na instituição constitui-se, ao nosso ver, em critério demarcatório extremamente significativo);

II - Reconhecimento das relevantes contribuições prestadas por esses servidores para o desempenho da função social da UFPB;

III - Valorização do instituto do Concurso Público como forma de ingresso de pessoal estável no serviço público.

Aumentos para militares

Os militares vão receber aumento entre 16 e 18% retroativos a 1º de fevereiro. Projeto de lei neste sentido foi enviado ao Congresso pelo governo e sua aprovação deve ser imediata. O Governo se valeu do instituto da Gratificação de Condição Especial de Trabalho-GCET para, através dela, aumentar os salários dos militares. Segundo estudiosos do assunto a conquista dos militares se deu em função da forma como eles prestam continência ao Presidente. Ao contrário dos professores eles usam todos os 5 dedos na reverência.

Ministro não dá bola

A presidente da ANDES-SN, Maria Cristina de Moraes encaminhou, em caráter de urgência, solicitação de audiência com o ministro-professor Paulo Renato de Souza. No documento, Maria Cristina lembra ao ministro que desde 1996 várias solicitações neste sentido foram apresentadas mas, todas, sem respostas positivas.

Folha única

A partir de março todos os servidores públicos federais civis passarão a receber os seus salários, em folha única, antes do final do mês (dia 25). Não haverá mais a antecipação que acontecia normalmente no dia 22. Só o pagamento de dezembro continuará sendo feito com antecipação e complementação em janeiro.

PNE: você é responsável

Em todo o país instituições que defendem a redenção do ensino brasileiro estão trabalhando pela coleta de assinaturas que subscrevam o Plano Nacional de Educação-PNE e assim o credenciem a ser transformado em projeto de lei de iniciativa popular. O Plano, cujos detalhes estão em texto na página ao lado, contempla os principais problemas da educação em todos os níveis. Por esta razão solicitamos que você se engaje nesta luta e colête o máximo de assinaturas que puder. Para tanto você deve se valer da planilha que consta da última página desta edição. O papel com as respectivas assinaturas devem ser entregues aos representantes (conselheiros) do seu Centro junto à ADUFPB-JP.

Universidades federais iniciam o ano no**VERMELHO**

O ano novo mal começou e as universidades federais já somam um déficit de R\$ 60 milhões em suas contas. Para dar continuidade às atividades já programadas na agenda deste ano, as instituições terão de lançar mão de recursos próprios para zerar o rombo no orçamento e evitar maiores prejuízos ao ensino. Isso porque a dotação de verbas do Ministério da Educação destinada às universidades federais em 1998 - R\$ 360 milhões - é insuficiente para pagar as despesas mínimas necessárias.

Estes são os primeiros resultados da falta de investimento na educação e o desmonte do ensino superior provocados pelo governo federal em 1997. Cálculo feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), mostram que as universidades federais precisariam de um repasse de, pelo menos, R\$ 410 milhões para iniciar o ano com as suas contas zeradas e quitar serviços básicos, como água, luz e telefone.

Essa realidade foi vivida no ano passado pelas universidades. O governo repassou em 97 recursos da ordem de R\$ 638 milhões, sendo

que desse total R\$ 288 milhões foram para atender a benefícios do servidor, despesas com residência médica e outros custeios. Dessa forma, sobraram apenas R\$ 350 milhões para investimento nos cursos universitários.

Levantamento - Até o final de março, segundo Maria Alice Lahorgue, coordenadora de Planejamento e Administração da Andifes, a entidade estará apresentando ao MEC um levantamento das dívidas das universidades federais, na tentativa de aumentar os recursos no orçamento e cobrir o déficit existente.

O ensino superior federal, entretanto, não poderá confiar numa resposta positiva do governo para pôr a casa em ordem. Embora o MEC afirme o contrário, a situação poderá se agravar ainda mais. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso já deu prova disso no início do ano, quando sua equipe econômica, na tesourada no orçamento da União, não deixou de fora os programas da área social - educação, saúde e reforma agrária. Na educação a redução foi de pelo menos 14,3%, o que equivale a R\$ 630 milhões.

A MP DAS BOLSAS**Excerto do Programa lançado por FHC**

O Programa de Bolsas de Incentivo à Docência foi apresentado pelo próprio FHC em solenidade no Palácio do Planalto e posteriormente foi instituído pela

Medida Provisória de nº 1.616-15 de 13 de fevereiro de 1998. O extrato da MP que trata especificamente do Programa é o seguinte:

DIÁRIO OFICIAL -
ANO CXXXVI - Nº 31 - SEÇÃO 1
BRÁSILIA/DF - SEXTA-FEIRA,
13 DE FEVEREIRO DE 1998

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 6º - Fica instituído o Programa de Bolsas de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, com a finalidade de estimular e valorizar o envolvimento de docentes com o ensino, especialmente com a modernização e transformação do ensino de graduação.

§ 1º - Poderão ser beneficiários do Programa ora instituído os docentes do quadro efetivo em regime de trabalho de dedi-

cação exclusiva ou quarenta horas semanais, com dedicação de pelo menos dez horas semanais à docência, incluindo obrigatoriamente seis horas semanais em classe no ensino de graduação, que não recebam proventos de aposentadoria de qualquer órgão público e não sejam beneficiários de bolsas de formação.

§ 2º - Os docentes contemplados com bolsas do Programa ora instituído poderão manter, na sua integralidade, as bolsas de produtividade e pesquisa concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

§ 3º - A atribuição de quotas de bolsas às IFES, seus valores e duração, bem como os critérios para sua concessão serão objeto de regulamentação específica.

Parênteses**HORIZONTES**

Como enternder-vos, vastos horizontes

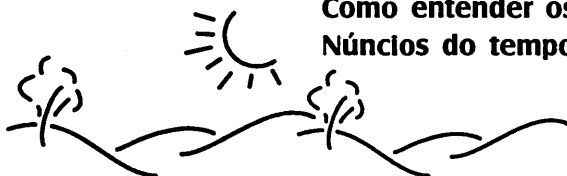
Mudo encontro de céu e de chão?

Vossa inexta geometria,

Os rumos da vossa paixão?

Como entender os vossos gestos, horizontes,

Núncios do tempo, marcos da amplidão?



Vanildo Brito
Poeta paraibano

Coleta de assinaturas

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Numa iniciativa inédita e antecipando-se ao governo federal, os diferentes segmentos da sociedade civil organizada - entidades sindicais e estudantis, associações acadêmicas e científicas, movimentos populares e demais setores comprometidos com uma proposta de educação para a maioria da população brasileira - construíram, coletiva e democraticamente, o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (PNE), respaldados no Artigo 214 da Constituição Federal e no Artigo 87 da LDB (Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

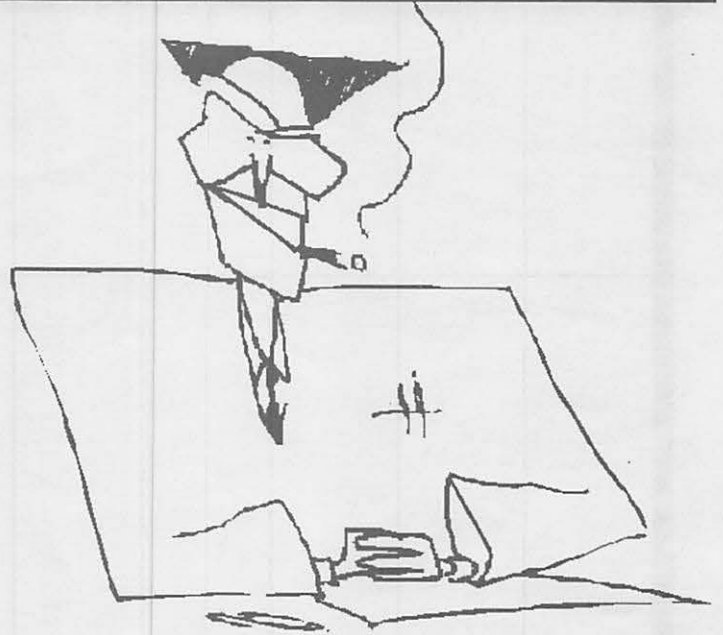
Essa tarefa foi realizada em 1996 e 1997, sob coordenação e apoio das entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, culminando com a aprovação do PNE no II CONED (II Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte (MG), 6 a 9 de novembro de 1997), com cerca de 5.000 participantes. Esse PNE defende princípios éticos, nos quais se fundamenta, voltados para a busca de igualdade e justiça social. Assim, as concepções ali adotadas - de ser humano, sociedade, democracia, educação, escola, autonomia, gestão, currículo, avaliação, entre outros, diferenciam-se radicalmente das concepções governamentais expressas em sua política educacional.

Uma das formas de envolver o maior número de pessoas nesse processo de apresentação do PNE ao Congresso Nacional, possibilitando o exercício da cidadania, é transformá-lo em Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Para tanto, há exigência regimental, do Congresso Nacional, da coleta de um milhão de assinaturas para que tal projeto possa ser encaminhado à Câmara Federal e por ela aceito para os devidos trâmites.

As principais metas apontadas no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira são:

■ Quanto ao cumprimento dos direitos constitucionais do povo brasileiro à educação, garantir a abertura e preenchimento de vagas na educação pública que eliminem, na sua totalidade, os déficits de matrícula no ensino fundamental e que reduzam os déficits de matrícula nos demais níveis e modalidades de ensino, inclusive erradicando o analfabetismo.

■ Quanto ao financiamento da educação, garantir o financiamento estatal e ampliar os re-



ursos do PIB de 3,7% para 10%, destinando-os a todos os níveis e modalidades da educação pública.

■ Quanto à gestão democrática da educação, instituir o Sistema Nacional de Educação, criando, no prazo de três anos, o Fórum Nacional de Educação; garantindo, a partir de 1998, eleições diretas para dirigentes de estabelecimentos de ensino, em todos os níveis e modalidades de educação; garantindo a representatividade social nas instâncias deliberativas de formulação, execução e avaliação da política educacional brasileira.

■ Quanto aos profissionais da educação, estabelecer políticas de formação básica e continuada, de definição de carreira e de remuneração digna para todos os profissionais, docentes e técnico-administrativos, que atuam na educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades, bem como de contratação, através de concurso público e nomeação em caráter efetivo, proporcionalmente às necessidades regionais, de professores e funcionários técnico-administrativos, portadores de habilitação formal mínima para os cargos respectivos, com vistas a eliminar, em dez anos, e reduzir, em cinco anos, os déficits dessas funções.

Por concordar com as justificativas, diretrizes e metas constantes do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, associo-me às entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e com elas subscrevo (no verso) o Projeto de Lei de Iniciativa Popular anexo ao presente.



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO COMPLETO	TÍTULO ELEITORAL			ASSINATURA
			NÚMERO	ZONA	SEÇÃO	
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

Boletim

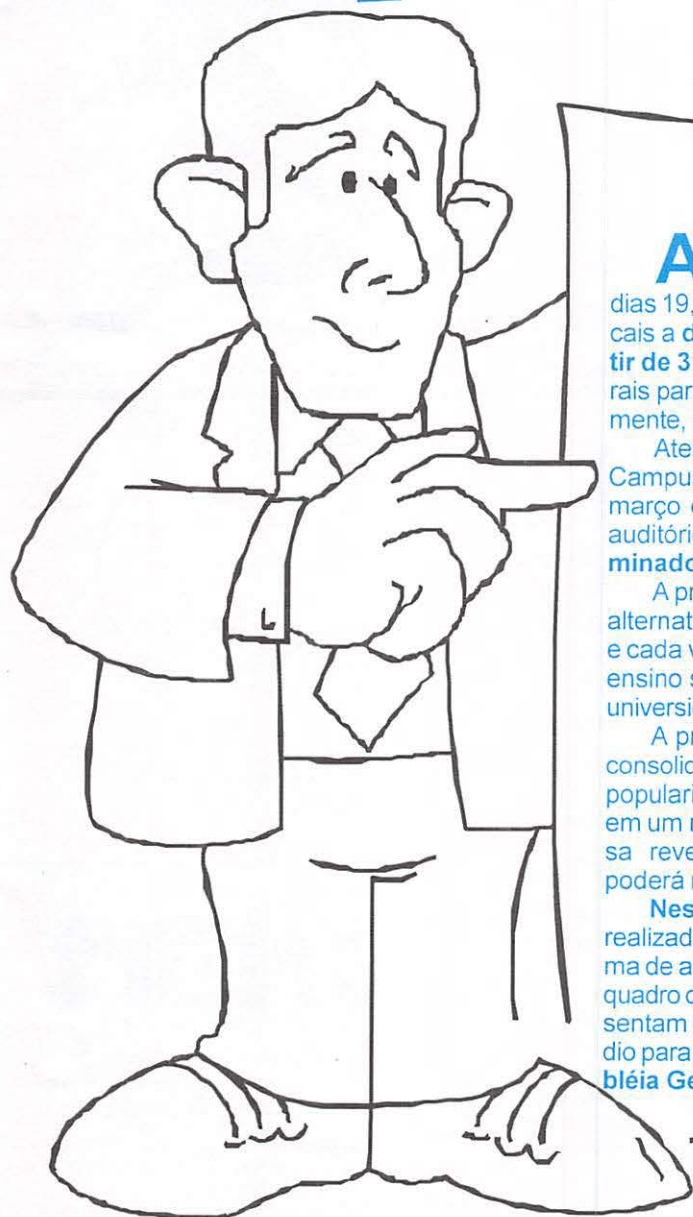
PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA
PRT/PB - 541/95

ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do ANDES -
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Março de 1998 - Nº 62

GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS AGORA É SIM OU NÃO!



A última reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES do ANDES-SN, ocorrida em Brasília nos dias 19, 20 e 21 deste mês, deliberou por indicar para as Seções Sindicais a **deflagração de uma greve por tempo indeterminado a partir de 31/03/98** e que seja realizada uma rodada de Assembléias Gerais para que cada Seção Sindical em todo o país, decida, autonomamente, sua adesão à greve durante a semana de 23 a 26 de março.

Atendendo ao cronograma aprovado, os professores da UFPB - Campus I, terão sua Assembléia Geral na próxima quinta-feira, 26 de março de 1998. A Assembléia acontecerá a partir das 9 horas no auditório da reitoria e terá o **indicativo de greve por tempo indeterminado** como ponto principal de pauta.

A proposta de greve, na atual conjuntura, configura-se como única alternativa de reação por parte dos docentes das IFES às constantes e cada vez mais contundentes medidas do Governo Federal contra o ensino superior público e gratuito e, mais especificamente, contra a universidade federal brasileira.

A proximidade das eleições presidenciais que podem ratificar a consolidação do projeto neo-liberal de FHC, de um lado, e a queda da popularidade deste governo, de outro, colocam o movimento docente em um momento importantíssimo: o de uma reação política que possa reverter esta situação crítica, fato que se não acontecer agora, poderá não mais ter chances de acontecer.

Nesta edição apresentamos trechos da avaliação de conjuntura realizada na última reunião do setor das IFES em Brasília, cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelo movimento docente e o quadro de greve nas universidades brasileiras. Estas informações apresentam detalhes do movimento em nível nacional e servem de subsídio para um posicionamento abalizado de cada participante na **Assembléia Geral** da próxima 5ª feira, 26 de março (ver páginas 3 e 4).

O que foi decidido pelas Seções Sindicais em todo o país sobre a greve

Principais deliberações da reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

1) **Indicativo de Greve** por tempo indeterminado, com greve a ser deflagrada a partir do dia 31 de março de 1998 em todas as universidades brasileiras.

2) **Rodada nacional de assembleias gerais** de 23 à 26 de março, seguida de nova reunião das IFES nos dias 27 e 28 de março em Brasília

Resultado da votação:

A FAVOR
18

AD's votaram a favor do indicativo de greve para o dia 31 de março:

ADUFC, ADUFPB, ADURN, ADUFS, APUB, ADUNB, APBH, ASPESAL, ADUFRJ, ADUFSCAR, ADUFEPEL, APES-JF, ASPUV, ASPUFSC, APROFURG, ADUR-RJ, ADUFU, ADUFEP.

CONTRA
04

AD's votaram contra o indicativo de greve:

ADURGS, ADUFAL, ADUFG, CEFET-MG.

ABSTENÇÕES
05

AD's que se abstiveram de votar:

APUFFPR, ADUFF, ADUFMS, ADUFERP E ADUFES.

Total de votantes: 27 AD'S

HUMOR

Asteróide pode colidir com a Terra em 2028

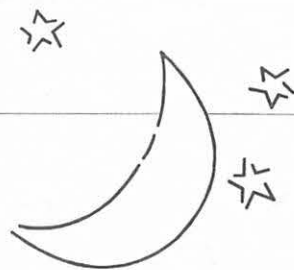


- Chato, isso... É a única coisa capaz de atrapalhar meus planos!

Charge de Chico Caruso publicada na Revista Veja, página 24, edição nº 1539 (25/03/1998)

Parênteses

Sempre haverão de soprar ventos uivantes
Sobre as encostas das colinas frias;
e haverá sempre algum plangente vate,
à sombra de pinheiros e ciprestes,
amargurado e só e sempre prestes
a cantar as mais tristes elegias...
(Mas sempre sobrará alguma estrela:
fraca fonte de luz
na falsa escuridão dos nossos dias.)



Társio Pinheiro

Poeta cearense

Boletim

ADUFPB-JP

é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/
Sindicato Nacional Filiada à CUT -
Centro de Vivência - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375
e-mail: adufpbjp@funape.ufpb.br

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-Presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:

Luiz de Sousa Júnior
Diretor de Política Social
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa/Divulg.:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria
Laércio Losano

Criart

Agência de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117

Jornalista Responsável - Gilson Renato - DRT/PB - 821
Diagram. e Edit. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

Reunião das IFES delibera greve geral por tempo indeterminado

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do ANDES-SN, reuniu-se de 19 à 20 do corrente, em Brasília. O relatório completo desta reunião ainda será divulgado para os docentes da UFPB mas, devido a urgência, divulgamos A síntese da análise de conjuntura que compõe o referido documento. O objetivo é oferecer subsídios para as discussões da Assembléia Geral desta quinta, 26 de março. Leia com atenção!

Desde dezembro de 1995, o Andes-SN vem reiterando insistentemente pedidos de audiência com o MEC para abertura de negociações visando à discussão da pauta de reivindicação do movimento que inclui, entre outros pontos, a revisão salarial dos professores das Ifes, questões referentes à democracia e verbas, à garantia do emprego e ampliação dos quadros funcionais das universidades, à carreira docente, à autonomia das universidades, além de questões relacionadas à defesa dos direitos dos aposentados.

★Das audiências solicitadas, concretizou-se apenas a realização de algumas reuniões assistematicamente ocorridas durante o último ano, com o professor Abílio Baeta Neves, Secretário de Ensino Superior (Sesu), que foram interrompidas abrupta e unilateralmente, por parte do MEC.

★O Programa de Incentivo à Docência (PID) foi anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e recebido com sentimento de repulsa, pelos seus aspectos discriminatórios, pelo intuito ofensivo de dividir e de comprar a adesão de parte da categoria com recursos retirados das bolsas de estudo e de pesquisa. O PID também vem acrescentar a provocação e o desrespeito ao vasto elenco de medidas contra a Universidade Pública desfechadas pelo governo FHC.

★Frente a tudo isso a resposta do movimento é imediata: **declara-se em estado de greve e aponta para o enfrentamento radicalizado.** Sinaliza para a categoria a discussão e construção de uma greve por tempo indeterminado: por melhoria salarial e condições de trabalho, em defesa da Universidade Pública. Todavia, o movimento docente ainda buscou o diálogo. Novo pedido de audiência foi feito ao Ministro, que se negou ao diálogo e apontou como seu interlocutor o Secretário da Sesu, que durante um ano nada encaminhou como resposta a nossa pauta de reivindicação.

★A mobilização cresce, a indignação aumenta e a necessidade de obter uma palavra do próprio Ministro torna-se imperiosa. Novas tentativas para romper a intransigência se realizam. Entretanto, com o ministro Paulo Renato, a primeira audiência foi realizada somente no dia 13 de março último, após muita pressão de todo o sindicato e quando a greve já começava a configurar-se. A justiça do nosso pleito contou com o apoio de parlamentares, que interferiram no sentido do governo receber e dialogar com o sindicato. Idêntica postura assumiu a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes.

Os resultados dessa audiência confirmaram a avaliação do Andes-SN sobre a falta de vontade política do Ministro em intervir nas questões salariais constantes da pauta emergencial protocolizada em 13/3/98.

★É preciso, porém, ter claro que o PID e o arrocho salarial não se constituem em peças isoladas, mas apenas em componentes, de uma política global de destruição da esfera pública no país.

★No âmbito do ensino superior, a PEC 370-A aponta claramente a perda do caráter público das instituições federais, com redução gradativa da responsabilidade governamental pela sua manutenção, e com a troca da relação isonômica de trabalho por uma multiplicidade de carreiras, nas quais sequer a contratação de professores será legalmente regulada.

Esse modelo é incompatível com a concepção de educação baseada na universalidade e acesso para todos, historicamente defendida pelo Movimento Docente e traduzida na proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovada no II Congresso Nacional de Educação e na Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

A proposta governamental para educação é de concepção mercadológica e excludente, caracteriza-se pela fragmentação do Sistema Naci-

onal de Educação. A sua implementação, no que se refere ao sistema Federal de Ensino Superior, requer o fim do Regime Jurídico Único, do princípio constitucional de isonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As Medidas Provisórias e a Reforma Administrativa se encarregam de realizar, arbitrariamente, a proposta governamental.

★A crescente conscientização de tudo isso levou o Setor das Ifes em sua reunião dos dias 6 e 7/03 a indicar uma greve de 48 horas como mais uma alerta ao governo sobre sua disposição de assumir um enfrentamento mais radicalizado.

Essas considerações foram debatidas e o Setor das Ifes, na reunião realizada, nos dias 19, 20, 21/03, avaliou que apesar dos obstáculos que o governo colocará para o movimento, usando de toda a sua capacidade repressiva, deveria indicar, como o fez, uma data para fazermos uso de nosso instrumento extremo de luta - a **greve por tempo indeterminado**. As considerações que justificam essa deliberação são: que a indignação e a revolta são generalizadas e a continuidade de ações como as realizadas nos dias 18 e 19 se não canalizadas para ações concretas podem vir a transformar-se em frustração e desânimo, inclusive correndo-se o risco de perdermos a mobilização que já conseguimos. A mobilização dos docentes embora diferenciada, é nitidamente crescente em todo o país. Soma-se a isso, a avaliação de que o governo está tentando, de todas as maneiras, fazer crer que está trabalhando no sentido de "reajustar salários", a exemplo da anunciada disposição de reformular o PID e da proposta de aumento de gratificações para cargos de chefia e direção. Dessa forma, entende-se que se o movimento conseguir unir-se para uma greve nacional, coesa, consistente, rápida e contundente, o governo poderá ser levado a reverter sua posição de não negociação. Além disso, avalia-se que ao estarmos em ano eleitoral, em um momento em que os índices de intenção de voto a favor da reeleição de FHC sofrem quedas significativas, certamente contribuirá para forçar o governo a abandonar sua postura de intransigência. Finalmente, avaliou-se que um recuo na direção de uma greve terá prejuízos irreparáveis tanto para o movimento docente quanto para a Universidade pública, gratuita e de qualidade. Assim, o Setor dos docentes das Ifes indica a data de 31 de março para a deflagração de uma greve por tempo indeterminado por melhores salários e condições de trabalho, em defesa da Universidade Pública, com a seguinte pauta de reivindicações:

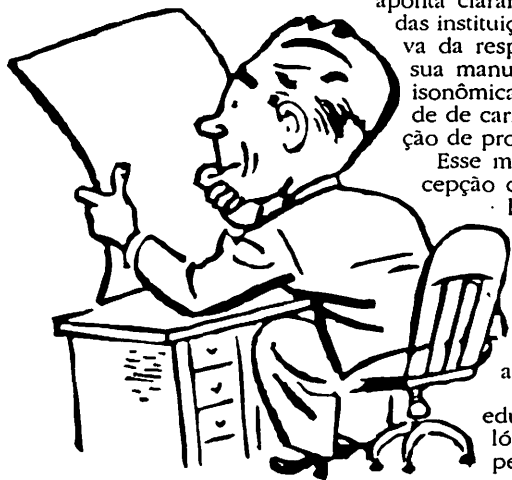
a) Imediato atendimento das reivindicações de:

- ★ Reajuste salarial emergencial de 48,65%.
- ★ Compromisso de não redução dos quadros funcionais das Universidades.
- ★ Ampliação de vagas e abertura de concursos.
- ★ Retirada do PID, imposto via Medida Provisória.

b) Instalação de mesa de negociação com vistas a discussão e encaminhamento de solução a nossa pauta de reivindicação protocolizada no MEC em 5 de dezembro de 1996, que se referencia na Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira em contraposição ao Projeto do governo para a Educação, que a privatiza, fere a autonomia e a democracia interna, reduz seu financiamento, provoca o arrocho salarial, reduz e flexibiliza seu quadro funcional, prejudica os aposentados e interfere na construção de uma proposta político pedagógica socialmente referenciada, desconectando a educação das necessidades de desenvolvimento do país e colocando a formação técnico profissional como mero adiestramento de mão-de-obra.

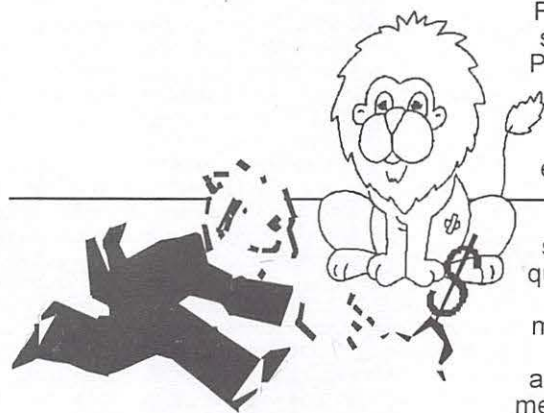
As Seções Sindicais do Setor devem apreciar este indicativo nas suas Assembléias Gerais entre os dias 23 e 26, para que o Setor, em nova reunião nos dias 27 e 28, decida, com base nas deliberações das AGs, pela efetiva deflagração da greve.

Setor dos Docentes das Ifes, em 21 de março de 1998



FHC "morde" como um leão

Manobra do governo aumenta a alíquota do IR dos servidores



A Diretoria da ADUFPB-JP recebeu com surpresa e indignação a notícia de mais uma surrupiada que o Governo Federal deu no já defasado salário dos servidores federais: através da Medida Provisória de nº 1.639-38, publicada no Diário Oficial de 19/02/98, o Governo alterou o pagamento dos servidores públicos da União que agora será efetuado dentro do mês de competência. Como o cálculo do imposto de renda é feito automaticamente pelo sistema SIAPE sobre os rendimentos que o servidor recebe durante o mês, a mordida do leão será bem maior em março. É que neste mês os servidores receberam os 70% relativos ao mês anterior e também receberam, integralmente, os rendimentos relativos ao mês

corrente; desta forma a retenção do IR na fonte será sobre 170% do salário o que, na maioria dos casos, significou também um aumento de alíquota (de 15 para 25% ou 26,5%).

NOVA MORDIDA - Segundo fontes da Superintendência de Recursos Humanos da UFPB, em dezembro, com o recebimento das férias, mais uma vez o Governo Federal tentará promover uma apropriação indébita no mirrado salário do servidor federal. A manobra será a mesma utilizada agora. A ADUFPB-JP, através de sua assessoria jurídica, já está estudando uma forma de fazer voltar ao bolso do professor o que realmente lhe pertence e de, também, evitar que o problema volte a acontecer.

Governo tenta cooptar dirigentes das IFES

O Governo FHC não brinca em serviço e persegue seus objetivos a qualquer custo doando em quem doer. Se não bastasse as consequências desagregadoras do PID, o Governo Federal aperfeiçoa a sua obra ao acenar com a extensão da participação no Programa aos cargos de direção nas universidades e vai mais fundo em suas malévolas intenções com o aumento substancial de rendimentos para as funções de direção e gratificadas.

A título de exemplo, a gratificação do cargo de reitor passará, com a reedição da MP que instituiu o PID (MP 1616-16), de 1,9 mil reais mensais para 5,6 mil reais. Quase o triplo.

Segundo matéria na *Folha de São Paulo* de 20 de março de 1998, mais de 20 mil servidores, entre reitores, professores e funcionários, vão ser contemplados com a benesse desmobilizadora de FHC. Cooptação é cooptação!!!

GEAP

ADUFPB-JP e SINTESPB

buscam alternativa de plano de saúde

A Diretoria do SINTESPB, reunida no último dia 24 de março, assumiu posição idêntica à ADUFPB-JP em relação à iniciativa da GEAP de privar os funcionários e professores da UFPB do atendimento médico, na forma como previa o contrato entre as partes. Ambas as instituições entendem que a GEAP foi autoritária. A Diretoria do SINTESPB também criticou a UFPB por ter aceitado as imposições da GEAP sem que houvesse uma discussão que envolvesse as partes interessadas e fossem dados os necessários esclarecimentos.

As duas instituições apresentaram propostas exigindo a liberação imediata do atendimento médico em todos os níveis e defendem que, para forçar a GEAP a cumprir o contrato, sejam utilizados todos os mecanismos possíveis, inclusive, o novo código do consumidor.

Ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de exigir o cumprimento do contrato estabelecido entre a UFPB e a GEAP, o SINTESPB, junto com a ADUFPB, já somam esforços para que se consiga uma alternativa de plano de saúde que realmente atenda às necessidades de funcionários e professores da Universidade.

Os dirigentes da ADUFPB E SINTESPB acreditam que em pouco tempo a GEAP possa ser acionada juridicamente pela UFPB e, desta forma, obrigada a cumprir o contrato assinado.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO DOCENTE

22, 23 e 24/03	- Reunião Plenária do CRUB - Fortaleza
23 a 26/03	- Rodada de Assembléias Gerais - AGs
27 e 28/03	- Reunião do Setor das Federais - Brasília
30/03	- Rodada de AGs (deflagração da greve)
31/03	- Início da greve por tempo indeterminado.
31/03	- Dia Nacional de Luta por uma Previdência Pública e de Qualidade, com atos nas principais cidades.
1º/04	- Dia Nacional da Mentira de FHC
02/04	- Lançamento do Cadastro de Desempregados.
05/04	- Plenária dos SPF - Brasília
10/04	- Malhação do Judas FHC
17/04	- Dia Nacional de Luta pela Terra e contra os juros altos (2 anos do massacre de Eldorado de Carajás).



28 IFES já estão em greve por tempo indeterminado

O quadro nacional a cada dia é mais favorável ao movimento grevista com adesões, inclusive, de instituições que não fazem parte do sistema federal de ensino superior.

Em todo o país a imprensa dá especial destaque à greve dos professores das instituições federais de ensino superior e favorece a construção do movimento junto à sociedade.

Na Paraíba, além de João Pessoa, já estão em greve por tempo indeterminado os campi de Patos, Souza e Areia. Os campi de Campina Grande e Bananeiras deliberaram por greves parciais com tempo determinado e com paralisações até o dia 13 de abril, quando realizarão

assembléia geral para decidirem sobre a paralisação por tempo indeterminado. O campi de Cajazeiras entra em greve por tempo indeterminado hoje.

O ANDES-SN em seu escritório de nº 089/98, de 03 de abril, afirma, "hoje, 03/04, já somos 28 Instituições Federais de Ensino Superior em greve por tempo indeterminado e, no próximo dia 28, seremos, no mínimo, 33 IFES em greve por tempo indeterminado".

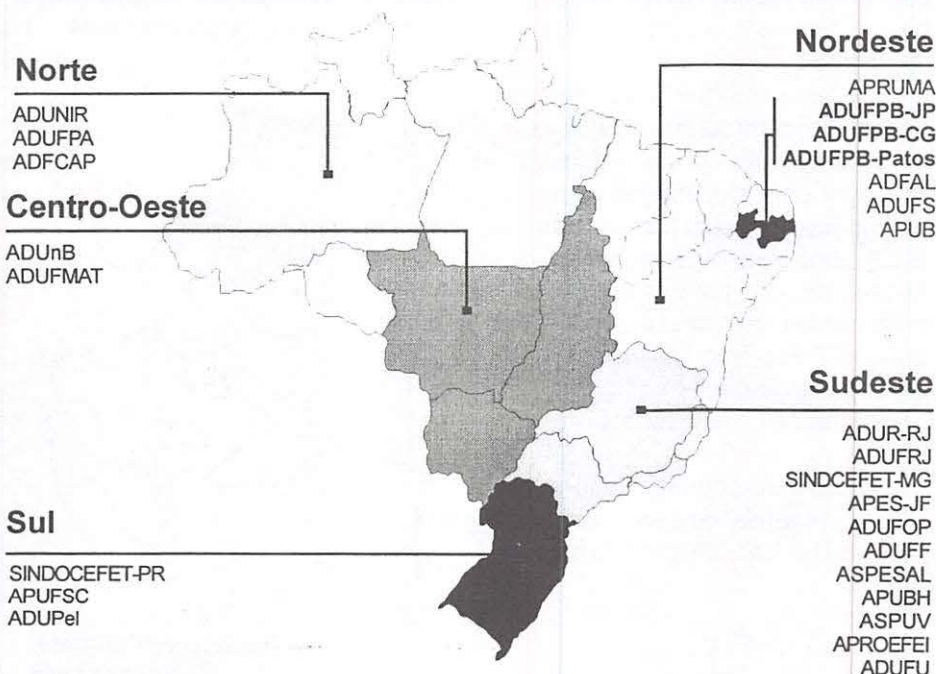
No mesmo escritório o ANDES informa que os demais segmentos da comunidade acadêmica estão se mobilizando e que a FASUBRA, inclusive, já está discutindo a possibilidade de deflagração de greve por tempo indeterminado.

A GREVE DOS PROFESSORES NAS IFES

Quantos são: 42.227
Total de instituições no país: 52
Reivindicações:
★ Reajuste salarial de 48,65%
★ Compromisso de não redução dos quadros

funcionais das universidades
★ Ampliação das vagas e abertura de concursos;
★ Suspensão do Plano de Incentivo à Docência

ADERIRAM A GREVE POR TEMPO INDETERMINADO



CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES DA SEMANA

06 e 07 de abril

2ª Feira (06/04/98)

- ★ **Assembléia Geral**
Local: Auditório da Reitoria
Às 09:00
- ★ **Reunião da Comissão de Mobilização**
Local: Sede da ADUFPB-JP
Às 15:00
- ★ **Debate entre os candidatos à presidência do ANDES-SN**
Local: Auditório do Centro de Educação (CE)
Às 19:00

3ª Feira (07/04/98)

- ★ **Fórum de Defesa da Escola Pública**
Local: Auditório do Centro de Educação (CE)
Às 09:00
- ★ **Dia Nacional de Luta Pela Saúde Pública**
Local: Ato público na entrada da Reitoria
Às 09:00

Mais de

50%

das IFES já aderiram a greve em todo o país.

28

é o número de universidades que estão em greve por tempo indeterminado

10

IFES têm Assembléias Gerais hoje e amanhã em todo o país.

Comando Local avalia a

GREVE

O Comando local de Greve da UFPB, reunido na manhã do dia 03/04/98, sexta-feira, analisando a greve dos professores universitários, considera significativa a repercussão do movimento nos meios de comunicação a nível nacional. Além de contar com *vinte e três** instituições paradas, a greve ganha adesões, com várias Ads programando assembleias, mostrando o crescimento do movimento em todo o país.

O ministro da educação já admite negociação em torno da abertura de vagas e realização de concurso, além do Programa de Incentivo à Docência, mas mostra-se intransigente quanto à questão do reajuste salarial, insistindo em transferir a responsabilidade para a área econômica.

Tanto o PID como as gratificações criadas por medidas provisórias para os servidores públicos federais são artifícios para não conceder reajuste salarial e tornar mais palatável a reforma administrativa do governo FHC.

Conclamando os professores a uma maior participação, o Comando Local de Greve tem programado atividades internas e externas, como a manifestação do Dia da Mentira de FHC, 1º de abril, o Dia Nacional de Luta Pela Saúde, a ser realizado no dia 7 de abril, o Seminário sobre a reforma do currículo da graduação e Assembleia Geral a ser realizada no dia 6/4/98. O Comando Local faz a ligação direta como o Comando Nacional em Brasília e os professores da UFPB, fornecendo informações atualizadas sobre o quadro nacional a cada manhã. O Comando Local pretende intensificar as atividades de greve na rua, chamando a população a participar dos eventos e pretende fixar out-doors em vários pontos da cidade, construindo e ampliando a greve junto à sociedade.

O governo tenta desacreditar o movimento, alegando que muitas universidades não estão totalmente paradas. A verdade é que o descontentamento dos professores não pode ser mais contido, que o movimento está crescendo e, diante da intransigência do governo, os professores mantêm-se em greve e dispostos a verem atendidas suas justas reivindicações.

PROFESSORES, A LUTA CONTINUA!

João Pessoa, 3 de abril de 1998

Comando Local de Greve

* No fechamento deste boletim o número de instituições em greve já era de vinte e oito



A DANÇA

DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

O Congresso votou, na última quinta-feira (02/04), a Medida Provisória, enviada pelo executivo, que dispensa os aposentados da contribuição ao INSS, a partir de março deste ano.

FHC é bonzinho? nada disso! o trabalhador paga durante sua vida ativa para usufruir na inatividade. O FHC, por uma MP, obrigou os aposentados a continuar pagando ao INSS penalizando as mirradas aposentadorias, por três anos e onze meses, com descontos indevidos. O Supremo Tribunal Federal já havia declarado que esta cobrança era inconstitucional.

Agora FHC pausa de magnânimo dispensando os aposentados de um sacrifício criado ar-

tificialmente por ele.

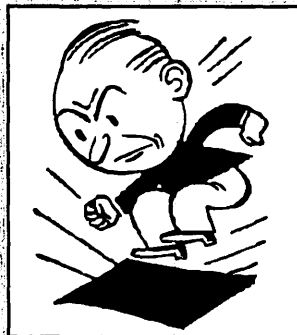
Na dança das medidas provisórias o governo confunde os incautos. Os aposentados, porém, estamos em vigília. Não pense que nos engana.



Professora Claudete,
aposentada

MEC não negocia 48,65%

O ministro da Educação, Paulo Renato, informou quinta-feira (02/04) que negocia três dos quatro pontos da pauta de reivindicações dos professores em greve. O único ponto sobre o qual não há possibilidade de negociação, afirma o ministro, é o reajuste de 48,65% reivindicado pelos professores. O MEC está disposto a rever o PID. A Andifes está elaborando uma proposta alternativa para o Programa.



Presidente do STJ critica a Reforma Previdenciária

O presidente FHC ouviu calado críticas ao governo ontem, durante a posse do novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ministro Antonio de Pádua Ribeiro. A principal crítica de Pádua foi à reforma da Previdência, por estabelecer o fim da aposentadoria especial dos magistrados. FHC permaneceu calado e intransigente.

Aposentados ficam isentos da contribuição previdenciária

O Congresso aprovou quinta-feira (02/04) Medida Provisória que isenta os servidores federais inativos do pagamento de contribuição previdenciária, que vinha sendo cobrada desde 1996. No ano passado o governo arrecadou cerca de R\$ 1,5 bilhão com essa cobrança. A aprovação da MP faz parte do acordo político para aprovar a reforma da Previdência na Câmara.

Reitor discorda de elitização nas IFES

O reitor da Unicamp, José Martins Filho, rebate em artigo publicado na Folha de São Paulo, a afirmação de que a maior parte dos estudantes que ingressam na Universidade Pública são de classe alta. Segundo ele, apenas 1,7% dos alunos se enquadram na categoria mais elevada. Nas categorias de menor prestígio, que incluem trabalhadores de um modo geral, concentram-se 26% dos estudantes da Unicamp. Martins assegura que um número cada vez maior de estudantes supera condições socioeconômicas que são desfavoráveis.



Rede estadual adere à greve das federais na BA

Cerca de 56 mil professores da rede pública estadual aderiram quinta-feira à greve dos servidores da UFBA para protestar pelo atraso na regulamentação de benefícios estabelecidos para a categoria.

A paralisação foi de apenas 24 horas e, segundo a Associação Estadual dos Docentes da Bahia, uma nova manifestação está prevista para o dia 28 de abril.

Índice de Adesão



ATO PÚBLICO

Dia Nacional de Luta Pela Saúde Pública

Dia 07 de abril, às 09:00

Local: Entrada para a Reitoria

SAÚDE: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO!

Veja quadro das seções sindicais com relação à greve

SEÇÃO SINDICAL	AG	Nº DOCENTES	DELIBERAÇÕES	AG
APRUMA - (Maranhão)	30/03	90	Greve por tempo indeterminado; - Constituição do CLG, CNG, SPF.	6/04
ADUFPB-Patos - (UFPB-Patos)	30/03		Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
ADUR-RJ - (Rural do Rio)	31/03	139	Greve por tempo indeterminado; Instalado CLG, SPF (0504).	
ADUFRJ - (Rio de Janeiro)	30/03	111	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
ASPUV - (Viçosa)	30/03	252	Greve por tempo indeterminado, Constituição do CLG, CNG, SPF.	
ADUnB - (Brasília)	31/03	282	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
SINDCEFET-MG - (CEFET-MG)	31/03	112	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
SINDOCEFET-PR - (Curitiba)	30/03		Greve por tempo indeterminado.	
APUB (Bahia)	31/03	190	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
APROEFEI (Itajubá)	30/03		Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG,	Diariamente às 15h
ADUFMAT (Cuiabá)	30/03		Greve por tempo indeterminado; Constituição CLG, CNG, SPF.	
ADUFU (Uberlândia)	31/03	201	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
APES-JF (Juiz de Fora)	30/03	236	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
ADUFPB-JP (João Pessoa)	31/03	215	Greve por tempo indeterminado; para a Comissão Nacional de Mobilização; Constituição do CLG, CNG, SPF e Indicou delegado e observador.	06/04
ADUFOP (Ouro Preto)	31/03	88	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
ADUFF (Federal Fluminense)	31/03	190	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
ASPESAL (Lavras-MG)	30/03	144	Greve por tempo indeterminado. Constituição de CLG.	
ADUNIR (Rondônia)	30/03	36	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
APUFSC (Santa Catarina)	30/03	190	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	
ADUFAL (Alagoas)	01/04	221	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	07/04
ADUFS (Sergipe)	31/03	200	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG, CNG, SPF.	06/04
ADUFPB-CG Campus: Areia & Sousa	30/03		Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	
ADUFPA (Pará)	02/04	234	Greve por tempo indeterminado; Constituição do CLG.	

Seções sindicais que apontam deflagração de greve por tempo indeterminado para outras datas

SEÇÃO SINDICAL	AG	Nº DOCENTES	DELIBERAÇÕES	AG
ADUC (Cajazeiras-PB)	30/03	38	Greve por tempo indeterminado; Data de deflagração: 06/04; Constituição de Comissão de mobilização.	
ADUA (Amazonas)	30/03	78	Manutenção do Estado de Greve; Indicativo de Greve para 08/04;	07/04

Seções sindicais com posição de rejeição à greve por tempo indeterminado

SEÇÃO SINDICAL	AG	Nº DOCENTES	DELIBERAÇÕES	AG
APUFPR (Paraná)	26/03		Rejeitou a greve por tempo indeterminado; Rejeitou a greve dos SPF; Aprovou greve por tempo determinado; Paralisação - 1º de abril Dia Nacional da Mentira na Educação.	
ADUFPI	31/03	82	Rejeitou adesão a deflagração da Greve Nacional	
ADUFRGS (Porto Alegre)	31/03	154	Rejeitou a greve por tempo indeterminado; Paralisação de uma semana depois da Páscoa, ainda não definida.	07/04

Boletim



João Pessoa/PB
13 de Abril de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFPB

A GREVE EM TODO O PAÍS

AD's QUE ADERIRAM À GREVE POR TEMPO INDETERMINADO (POSIÇÃO ATÉ 13/04/98)

Norte

ADUFPA
ADFCAP
ADUNIR
ADUFAC
ADUA
ADUCAC

Nordeste

APUB
ADUFPB-JP
ADUFPB-PATOS
ADUC
APRUMA
ADUFAL
ADUFEPE (*)
ADUPI (*)
ADUFS
ADURN

(*) AD's que deliberaram greve por tempo indeterminado a partir de hoje

Centro-Oeste

ADUnB
ADUFMAT
ADCAJ
ADUFG

Sudeste

ASPUV
ADUFRJ
ADUR-RJ
ADUFU
APUBH
APES-JF
ADUFOP
ADUFF
ASPESAL
ADCEFET-RJ

Sul

SINDOCFET-PR
ADUFPeI
APROFURG
ADUFPR (*)
APUFSC
SEDUFMS

(*) AD que deliberou greve por tempo indeterminado a partir de 16 de abril

EM GREVE

36

Seções Sindicais

33

Universidades

04

AD's definem ainda esta semana (ADUFC-ADFUNREI-ADUNI-RIO-ADUFERPE)

Universidades em greve

- Universidade Federal do Amazonas
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Universidade Federal de Ouro Preto-MG
- Universidade Federal Fluminense-Niterói
- Universidade Federal de Lavras-MG
- Universidade Federal de Sergipe
- Universidade Federal do Pará
- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- Fundação Universidade Federal de Rondônia
- Centro Federal de Ensino Tecnológico-PA
- Universidade Federal de Alagoas
- Universidade Federal de Santa Maria-RS
- Universidade Federal do Acre
- Universidade Federal de Goiás



- Universidade de Brasília
- Centro Federal de Ensino Tecnológico de Belo Horizonte
- Centro Federal de Ensino Tecnológico de Curitiba-PR
- Universidade Federal da Bahia
- Escola Federal de Engenharia de Itajubá Minas Gerais
- Universidade Federal de Mato Grosso
- Universidade Federal de Viçosa-MG
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Universidade Federal de Uberlândia-MG
- Universidade Federal da Paraíba *
- Universidade Federal de Pelotas-RS
- Universidade Federal de Santa Catarina
- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Universidade Federal de Juiz de Fora-MG
- Universidade Federal do Piauí

ANDES avalia plenária dos servidores públicos federais

Considera-se que a plenária e as suas deliberações foram muito positivas para a construção de uma mobilização unificada entre os Servidores Públicos Federais (SPF) buscando lutar contra o governo e sua política de privatização e desmonte do serviço público.

Os eixos da pauta, aprovados pela Plenária dos SPFs, contemplam a pauta emergencial do movimento docente e dos servidores técnico-administrativos das IFES, fortalecendo portanto a unidade da luta.

É importante destacar o papel político desempenhado pela forte e ampla greve dos docentes das IFES, a qual veio a contribuir como força impulsionadora ao movimento dos SPFs, especialmente junto aos companheiros da FASUBRA e do SINASEFE (Professores e Servidores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais). Nossa disposição de luta, organização e nível de paralisação foram objeto de análise e referência na maioria das intervenções.

Na Plenária, ficou também muito clara a disposição de luta das lideranças e a serenidade das avaliações sobre o atual quadro de organização e mobilização dos SPFs. Enfatizou-se a necessidade de um efetivo engajamento de todas as lideranças sindicais e forças políticas na construção do dia 17 de abril, que servirá como "balizador" para uma melhor avaliação do indicativo de Greve, para o dia 30/04/98, na próxima plenária, dia 26/04/98.

O fundamental para nós foi a clara perspectiva de unificação dos movimentos e a ampliação da greve. Tem-se claro que nossas conquistas dificilmente ocorreram isoladamente e que os problemas das Universidades ou da educação de modo geral, passam pela questão do desmonte do serviço público e da política anti-social deste governo. O MEC já disse que as reivindicações salariais não são de sua alçada, mas da área econômica. E com isso, de alguma

forma, nos unifica mais ainda! A declaração do Dep. Ivan Valente (PT/SP) é bastante elucidativa: "é a confissão de que, no governo FHC, a política educacional compete ao Ministério da Fazenda. Enquanto isso, o Ministério da Educação se dedica ao corte de verbas e à propaganda enganosa" (Folha SP, 06.04.98).

Enquanto docentes, executamos uma parte dos serviços públicos, os quais este governo quer acabar (privatizar!). No mesmo patamar estão os demais serviços e servidores que, além disso, mesmo nos casos onde o governo não proponha a sua extinção, submete-os a uma nova lógica de existência sob o domínio estrito do privado. Isto provoca um desmonte brutal e uma política salarial de extorsão e penúria. Portanto não cabe outro entendimento e orientação que não passe pela unificação de todos os servidores públicos federais, bem como o de ampliar o horizonte objetivando construir a unificação da luta de todos os trabalhadores.

Conseqüentemente, a definição de uma data para a deflagração da Greve apresenta-se, na atual conjuntura, como mais um elemento de desgaste para o governo, pois caracteriza uma clara e inequívoca demonstração de rejeição a este governo pela nossa disposição em enfrentá-lo.

Outro aspecto positivo destacado nas avaliações do CNG foi a importância de termos realizado uma boa Plenária, com todas as características de ascenso da mobilização e comprometimento pela unidade, tendo a CUT estado presente e participado da condução dos trabalhos. Ressaltou-se que a CUT deve assumir uma postura de maior envergadura política no enfrentamento ao governo, não só junto aos SPFs como a outras categorias, visando o fortalecimento de nossa futura greve unificada e a construção da greve geral.



Dia 17. Dia Internacional da Luta no Campo, que no Brasil tem o nome de **Dia Nacional de Luta pela Terra e Contra os Juros Altos**. Neste dia será marcado o Dia Nacional de Paralisação, durante o qual devem ser realizados protestos e mobilização de toda a categoria dos Servidores Públicos Federais-SPFs

Dia 26. Plenária Nacional dos SPFs em Brasília, para avaliação e encaminhamentos do movimento e da greve dos SPFs.

Dia 30. Indicativo de Greve Geral do SPFs, por tempo indeterminado.

APOIOS

A greve nas universidades federais em todo o país está conquistando o apoio de vários segmentos da sociedade, além de intensa divulgação na imprensa. Abaixo a relação de autoridades que se manifestaram favoráveis ao movimento

1. Deputado Gilney Viana (PT-MT) - 02/4 (sessão do Congresso) - denuncia desmonte da universidade
2. Deputado Walter Pinheiro (PT-BA) - 02/4 (sessão do Congresso) - solidariza-se com a greve
3. Deputado Fassarella (PT-MG) - 27/3 (sessão da Câmara) - denuncia redução de verba para educação
4. Deputada Maria Laura (PT-DF) - 03-4 (sessão do Congresso) - defende rejeição da Medida Provisória 1616 - artigo 6 (PID)
5. Deputado Ivan Valente (PT-SP) - 06/4 (Folha de São Paulo)
6. Deputado José Augusto (PPS-SP) - denuncia que FHC não cumpriu nenhuma das cinco promessas de campanha (em 03/04)
7. Deputado José Aldemir (PMDB- PB) - registrou greve de professores
8. Deputado Lindbergh Faria (PSTU- RJ) - 02/4 (sessão do Congresso) - solicita formação de subcomissão para acompanhar negociação entre professores das IFES e MEC.

JORNADA DE SOLIDARIEDADE À CUBA

Conferencista: Eddy Giménez Perez - Jornalista e

professor da Cátedra Ernesto Che Guevara, da Universidade de Havana. Programação: dia 14/04/98 local: Aud. da Reitoria.

Manhã: (08h00) A realidade atual de Cuba. Tarde (14h00) Neoliberalismo e a perspectiva da esquerda na América Latina

Boletim



João Pessoa/PB
17 de Abril de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFPB

A GREVE NAS IFES

Já são 40 universidades paradas

E agora os servidores federais decidiram também paralisar suas atividades

A greve nas universidades federais brasileiras (quadro nacional abaixo) continua cada dia mais forte com a adesão sucessiva de novas sessões sindicais que, aos poucos, vão compreendendo a necessidade de tornar o movimento mais massivo e coeso em todo o país. A intransigência do Governo Federal em não negociar com o comando nacional do movi-

mento e a adesão da sociedade à causa defendida neste momento pelos professores universitários só aumentam a capacidade de mobilização dos docentes das IFES e, agora, dos servidores técnico-administrativos que compreenderam a necessidade de aderir à greve como instrumento de defesa da universidade pública do país.

TOTAL DE PROFESSORES: 42.227
TOTAL DE INSTITUIÇÕES NO PAÍS: 52

Norte

- ★ Universidade Federal do Pará (ADUFPA)
- ★ Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (ADFCAP)
- ★ Universidade Federal do Acre (ADUFAC)
- ★ Universidade Federal do Amazonas (ADUA)

Centro-Oeste

- ★ Universidade de Brasília (ADUnB)
- ★ Universidade Federal de Goiás (ADFG) campi de Jataí (ADCAJ) e Catalão (ADCAC)
- ★ Universidade Federal do Mato Grosso (ADUFMAT) e campus Rondonópolis (ADUFMAT-ROO)

Sul

- ★ Universidade Federal de Santa Maria-RS (SEDUFMS)
- ★ Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC)
- ★ Universidade Federal de Pelotas (ADUPeI)
- ★ Centro de Formação Profissional do Paraná (SINDOCEFET-PR)
- ★ Universidade Federal do Paraná (APUFPR)

LEGENDAS

* A Seção Sindical da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ADURN - faz Assembléia Geral ainda hoje para deliberar pela greve por tempo indeterminado.

* O campus II da UFPB, representado pela ADUFPB-CG faz Assembléia dia 22 para deliberar greve por tempo indeterminado.

REIVINDICAÇÕES:

- Reajuste salarial de 48,65%
- Compromisso de não redução dos quadros funcionais das universidades
- Ampliação das vagas e abertura de concursos
- Suspensão do Plano de Incentivo à Docência

Nordeste

- ★ Universidade da Federal da Paraíba (ADUFPB-JP) e campi Patos (ADUFPB-Patos), Cajazeiras (ADUC), Bananeiras, Sousa, Areia e Campina Grande (ADUFPB-CG)
- ★ Universidade Federal Bahia (APUB)
- ★ Universidade Federal do Maranhão (APRUMA)
- ★ Universidade Federal de Sergipe (ADUFS)
- ★ Universidade Federal de Alagoas (AUFAL)
- ★ Universidade Federal do Piauí (ADUPI)
- ★ Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE)
- ★ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN) *
- ★ Universidade Federal do Ceará (ADUFC)
- ★ Universidade Federal Rural de Pernambuco (ADUFERPE)

Sudeste

- ★ Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ)
- ★ Universidade Rural do Rio (ADUR-RJ)
- ★ Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH)
- ★ Universidade Federal de Juiz de Fora (APES-JF)
- ★ Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU)
- ★ Universidade Federal de Viçosa (ASPUV)
- ★ Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP)
- ★ Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCAR)
- ★ Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG (APROEFEI)
- ★ Universidade Federal de Lavras - MG (ASPESAL)
- ★ Centro Federal de Educação Tecnológica de Belo Horizonte (SINDCEFET-MG)
- ★ Universidade Federal Fluminense - Niterói (ADUFF)
- ★ Centro Federal de Educação Tecnológica - RJ (ADCEFET-RJ)
- ★ Universidade do Rio de Janeiro (ADUNI-RIO)
- ★ Escola Paulista de Medicina (ADEPM) *

Nem PID nem PEG

A ANDIFES pretende apresentar à comunidade universitária o Programa de Estímulo à Graduação-PEG que, na opinião dos dirigentes da instituição, apresenta significativas melhorias em relação ao PID, programa instituído anteriormente pelo Governo Federal e rejeitado pelos docentes de todo o país, tomando-se, inclusive, um dos principais pontos da pauta da greve que já atinge 40 universidades. O PEG cuja diferença essencial em relação ao PID, na opinião dos membros da ANDIFES, reside basicamente na alínea "g" do documento (trecho abaixo), debatido no Conselho Pleno da entidade em reuniões nos dias 15 e 16 últimos, foi avaliado pelo Comando Nacional da Greve dos docentes das IFES.

(...) g) Propõe que os recursos transferidos como dotação global às IFES serão aplicados com autonomia em projetos específicos aprovados e avaliados no mérito por comissões técnicas instituídas pelos seus órgãos de deliberação superior, levando em conta as relações dos projetos com meios institucionais e com avaliação externa do projeto. As propostas poderão contemplar a concessão de bolsas aos professores, servidores técnicos e administrativos e estudantes.

No momento em que o MD discutia a continuidade e a radicalização do processo de enfrentamento às políticas do governo para a universidade pública, o MEC apresentou uma proposta que, dentre outras coisas, pretendia "sanar" a demanda por reajuste salarial de parte da categoria docente por meio de concessão de bolsas (PID), travestido de programa de melhoria do ensino de graduação.

A rápida e forte rejeição ao PID por parte dos diversos setores da comunidade acadêmica, inclusive por vários Conselhos Universitários, fez com que o MEC reavaliasse sua estratégia e passasse a colocar a possibilidade de ajustes à proposta original, evidentemente, desde que não se alterasse a essência da proposta, qual seja, a de utilizar do instrumento "implementação de um novo programa"

com vistas a dar, ao seu modo, "solução para a crise das universidades".

Enquanto o MD reafirmava sua posição de rejeição ao PID, os reitores, por sua vez, aceitaram a estratégia do MEC e passaram a investir na reformulação do programa.

O Programa de Estímulo à Graduação (PEG), ora em discussão na ANDIFES, apresenta elementos claros de continuidade do programa PID, mesmo afirmando "rejeitar o modelo conceitual" deste último.

Antes de buscar uma análise mais apurada da proposta da ANDIFES, cabe apontar que, na essência, o PEG repete os mesmos erros conceituais contidos na proposta original do MEC. Portanto, deve ser rejeitado pelas categorias porque não atende e não representa alternativas às reivindicações do movimento.

Principais críticas ao Programa de Estímulo à Graduação

★ Aceita que a carência de recursos das IFES seja tratada por meio de programas que apontam para soluções parciais e localizadas, desviando-se de um dos eixos centrais da crise: o corte de recursos orçamentários das IFES;

★ Assume o discurso do MEC de que o problema das IFES se resume à graduação e ainda sub-

verte a questão da qualidade do ensino;

★ Aceita a premissa infundada do MEC de que os melhores professores não atuam na graduação e por isso a sua qualidade estaria sendo comprometida;

★ Desvia a necessidade de recuperação dos orçamentos das Universidades para o artificialismo criado por programas de

balcões, que são transitórios por natureza e ferem a autonomia;

★ Ratifica o programa inicial, na medida em que não propõe uma política salarial e sim bolsas de incentivo à graduação;

★ Estabelece a quebra da isonomia entre docentes da ativa e aposentados e a exclusão dos docentes de 1º e 2º graus.



Apoio

A greve dos docentes das IFES passa agora a contar com o apoio dos servidores técnicos-administrativos que, conforme deliberação dos seus delegados na FASUBRA SINDICAL, deverão ter a próxima semana como decisiva na construção da greve nacional da categoria. Até o momento, pelos menos quatro universidades brasileiras já contam com seus servidores de braços cruzados: UFRGS, UFRJ, UFMG e UFPR. Na Paraíba, os servidores se reúnem no dia 23/04/98 em Assembléia Geral para decidir sobre deliberação de greve na UFPB.

Pró-reitor

Durante a reunião mantida entre o Comando Local de Greve e o reitor da UFPB, Jäder Nunes, foi cobrada uma posição do pró-reitor de graduação, Sílvio Rossi, atual presidente do Fórum de Pró-reitores de Graduação das universidades brasileiras, em relação à greve dos docentes das IFES e, particularmente, contra programas de bolsas que por ventura viessem a ser instituídos nas IFES neste momento. Na ocasião o pró-reitor leu a seguinte moção, aprovada em reunião do Fórum ocorrida em Natal no dia 02/04/98.

"Tendo em vista o processo de evasão de servidores docentes e técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior, mediante aposentadorias e exonerações, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, em sessão plenária ocorrida no dia 02 de abril de 1998, por ocasião do XI Encontro Nacional, realizado em Natal/RN, deliberou, por unanimidade, reivindicar ao Governo Federal a adoção imediata de políticas que valorizem o Ensino Superior do país, que devem se iniciar pela urgente recomposição salarial e melhoria das condições de trabalho nas IFES."

Comando local de greve se reúne com reitor

Uma Comissão, composta por representantes da Direção da ADUFPB-JP, da ADUFPB-CG e Sousa, do Comando de Greve e da Comissão de Mobilização do Campus I, solicitou e foi recebida em audiência pelo Magnífico Reitor, Professor Jäder Nunes, na terça-feira, 14/04/98, contando, também, com a presença do Pró-Reitor de Graduação da UFPB, Professor Sílvio Rossi.

A Comissão apresentou uma análise crítica do Projeto de Incentivo à Docência (PID), da autoria do Governo, e da proposta de Programa de Estímulo à Graduação (PEG), originária de Comissão da ANDIFES.

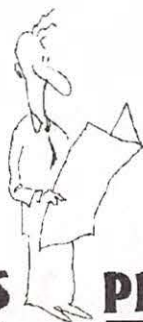
A partir da análise exposta, a Comissão propôs que o Reitor defendesse, na ANDIFES, a tese da indissociabilidade de dois aspectos do PEG, a fim de que se assegure o que decorre da natureza da instituição universitária: a necessidade de recursos para os Projetos Acadêmicos das IFES e o tratamento salarial condigno para aqueles que têm a responsabilidade de executar esses Projetos Acadêmicos, ou seja, os docentes universitários. Fugir dessa indissociabilidade resultaria em dois absurdos: docentes com salários condignos, mas universidades sem condições para viabilizar Projetos Acadêmicos relevantes; ou universidades com dotação orçamentária para elaborar Projetos Acadê-

micos relevantes, mas fadados ao fracasso, em razão do infame tratamento salarial dispensado ao seu corpo docente.

O magnífico reitor da UFPB, Jäder Nunes, concordou com estas observações e declarou considerar o PID um artifício para camuflar a falta de solução para o problema salarial dos docentes das IFES. Entretanto, defendeu o PEG por seu caráter de autonomia, mas afirmou ser justa a reivindicação salarial dos docentes e reconheceu a greve como instrumento legítimo de luta.

João Pessoa, 16 de abril de 1998
Comando Local de Greve

Boletim



João Pessoa/PB
02 de junho de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFPB

A PROPOSTA DO MEC

GED exclui mais de 27 mil (39%) docentes das IFES

O Ministério da Educação e do desporto - MEC, finalmente sentou-se à mesa com o Comando Nacional de Greve - CNG, no último dia 28. Longe de ser uma demonstração de respeito aos professores em greve ou de preocupação em resolver os graves problemas das universidades públicas brasileiras, a atitude do MEC atendeu, exclusivamente, ao apelo publicitário do Governo FHC que despenca nas pesquisas de opinião pública em função das greves que atingem todo o país e dos tropeços cometidos no campo executivo e de marketing.

Alardeada como uma prova da disposição do Governo em acabar com a greve fazendo o "máximo possível" para atender às reivindicações dos professores, a audiência do CNG com o Ministro Paulo Renato serviu, de fato, para aclarar a verdadeira intenção do Governo de descaracterizar a greve e enrolar o Movimento Docente com mais uma proposta que em quase nada acrescenta ao PID já rejeitado veementemente pelos docentes de todo o país.

Neste boletim, com o objetivo de permitir a cada professor uma análise particular da conjuntura política em que está inserida toda a luta do movimento em uma greve de mais de dois meses, editamos os principais pontos da proposta apresentada pelo MEC, no último dia 28 de maio, a análise da proposta feita pelo CNG com as indicações para as Assembléias em todas as IFES e a contraproposta de negociação discutida no Comando Local de Greve e agora submetida a avaliação por esta Assembléia (texto ao lado)

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DO MEC

- 1 Será elaborado projeto de lei a ser submetido ao Congresso Nacional, criando uma gratificação de estímulo à docência, de valor variável em função do nível de titulação (mestrado ou doutorado), da posição na carreira, do regime de trabalho e do número de pontos acumulados pelo docente, segundo os seguintes critérios: número de horas semanais dedicadas à docência em curso regular, resultado da avaliação do seu desempenho docente e resultado da avaliação da sua produção acadêmica.
- 2 A combinação dos três critérios de pontuação permitirá que o docente possa atingir o número máximo de pontos, combinando um mínimo de oito horas semanais de aula com uma boa produção intelectual, o que implica uma integração de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 3 Os critérios e procedimentos de avaliação do desempenho docente e da produção acadêmica serão estabelecidos em regulamentos próprios de cada instituição, observados alguns princípios básicos estabelecidos na lei.
- 4 A gratificação será extensiva aos inativos na proporção de sessenta por cento do número máximo de pontos permitido aos docentes em efetivo exercício. Essa mesma proporção será devida ao servidor afastado da docência em virtude do exercício de atividade de Direção na própria instituição ou cedido para o exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4 ou cargo equivalente na administração federal.
- 5 Paralelamente, o Ministério criará um programa especial de bolsas destinado aos professores que ainda não detêm a titulação requerida.
- 6 Outro projeto de lei será encaminhado simultaneamente propondo a rehierarquização dos cargos da carreira dos funcionários técnico-administrativos.
- 7 A formulação definitiva dos projetos de lei será discutida com as IFES, atendidas as limitações orçamentárias e os requisitos gerais da administração de pessoal da União.
- 8 Além dessas providências de caráter imediato, o MEC está tomando a iniciativa de conduzir as discussões sobre o projeto da autonomia das universidades federais, de modo a implementá-la ainda este ano.

Comando apresenta nova proposta

Veja na página anexa a este boletim o teor e a justificação da proposta que o Campus I da UFPB pretende apresentar ao Comando Nacional de Greve, depois da apreciação da Assembléia Geral desta terça-feira, 2 de junho.

A proposta foi esboçada pelas reuniões que aconteceram nos centros,

ontem de manhã e, à tarde, foi apreciada pelo Comando Local de Greve. O envio de uma proposta do Campus I da UFPB para o Comando Nacional de Greve atende a deliberação da última Assembléia Geral dos docentes da UFPB Campus I, que aconteceu na terça-feira, 26 de maio de 1998.

VEJA ANEXO COM PROPOSTA DO CAMPUS I AO CNG

"Governo continua encenação"

Movimento avalia que a proposta do MEC não passa de um novo PID

O resultado da rodada nacional de AG's expressou a firmeza da decisão do movimento docente (MD) de manter-se coeso diante da intransigência e das tentativas de intimidação do governo. Emergiu ainda, em várias AG's, uma clara disposição para a radicalização, bem como propostas no campo da solidariedade sindical para enfrentar a retenção dos salários posta pelo MEC. O governo apostou numa queda de braço e o movimento reagiu dando demonstração de unidade, força e ascensão. Fatos dignos de registro foram as adesões das Unidades de Pato Branco e Cornélio Procopio, do CEFET/PR, nesta semana, o que representou a ampliação interna do movimento além de reforçar a tese de indignação e vontade de luta que mobilizam a categoria.

O MD vem tendo uma estratégia de greve baseada na sua concepção de Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, mantendo-se firme na exigência de negociações em greve a partir da reafirmação de nossa pauta reivindicatória. Neste processo, o apoio de sociedade vem se ampliando cada vez mais. A frente de parlamentares continua trabalhando no sentido de que o MEC abra efetivas negociações. Além disso, o Procurador da República do DF, Luiz Francisco Fernandes de Souza, em ofício PR n.13-98/MPF/PR, de 26/05/98, solicita do MEC, num prazo de dez dias (encerra sexta-feira 06/06/98), o repasse das verbas necessárias às IFES para o pagamento do mês de maio sob pena de enquadramento na Lei de Ação Civil Pública e ato de improbidade administrativa.

O fato de o MEC indicar a mesma data do dia 27/05 para término de greve dos docentes e técnicos-administrativos demonstra que este tem uma estratégia articulada para enfrentar e tentar derrotar rapidamente os movimentos grevistas nas IFES. Reconhece-se, assim, uma greve ampla em defesa da Universidade Pública e Gratuita, em que os estudantes das IFES intensificam sua greve, explicitando a base social de apoio conquistada pela greve dos docentes e técnicos-administrativos. Nesse sentido é que os três segmentos têm atuado articuladamente em atos públicos nas ruas. A radicalização também é um processo que tem caracterizado a greve dos estudantes, haja vista as ocupações das Delegacias Regionais do MEC, devendo-se destacar a ocupação da DEMEC em Recife, onde ocorreu uma forte repressão policial com a prisão de um estudante, já libertado.

É neste cenário que o MEC "convita" o ANDES-SN (na pessoa da presidenta Maria Cristina de Moraes) para um "encontro" no dia 28/05/98, cercando-se de uma estratégia de propaganda de um possível fim de greve, antes mesmo de apresentar e ver analisada a sua proposta pelo MD.

A lentidão do governo no tratamento das questões que motivam a greve se relacionam com a nova queda de intenção

de voto à FHC. Aliada à seca e aos "vagueios", a crise da Universidade, denunciada pela força e amplitude do nosso movimento tem desgastado o governo. O próprio presidente admitiu publicamente a necessidade de haver mais diálogo entre governo e professores. Assim, para tentar melhorar a imagem do Presidente, junto ao eleitorado, o MEC foi obrigado a apresentar uma proposta ainda em greve, contrariando sua posição anterior, caracterizando uma conquista do MD.

Ao iniciar a reunião, o Ministro afirmou que a sua proposta visava a solução do impasse e fora trabalhada na linha sugerida pela ANDIFES em 21/05/98, que sinalizava para o término da greve até o dia 30/05/98. Cabe lembrar que a apresentação da proposta pela ANDIFES foi repudiada por este CNG em nota pública de 25/05/98.

No entanto, diante da apresentação da proposta, o ministro procurou colocar o MD como intransigente, ao mesmo tempo que tentou retirar do foco de atenção da mídia a questão da retenção dos salários. Porém, a partir da entrevista coletiva à imprensa convocada pelo CNG, conseguimos esclarecer o caráter nefasto da proposta no que se refere ao projeto de Universidade que defendemos, fato que se refletiu na publicação de matérias favoráveis ao MD, nos principais jornais do país.

As AG's realizadas, até o momento, em São Carlos, Uberlândia, Espírito Santo, Viçosa, Acre, Mato Grosso, Juiz de Fora, Bahia e Pernambuco, já repudiaram a proposta do MEC, reafirmando assim a disposição do movimento em resistir às investidas neoliberais do governo, através da continuidade da greve e da disposição de só negociar nesta situação.

A rejeição pelas AG's baseia-se no entendimento de que a proposta do MEC, além de monetariamente insuficiente, ainda mantém os elementos centrais dos PID I e II, elementos estes que colocam a carreira docente no caminho de um projeto de "universidade de resultados".

De outra parte, a rejeição do PID pelo Congresso não significou desistência por parte do governo de seus pressupostos, tanto que os recuperou e os aprofundou ao apresentar o GED. As exclusões de segmentos docentes nessa proposta são evidentes, demonstrando, no caso dos docentes de 1º e 2º graus, até mesmo desconhecimento da condição de titulação e papel que cumprem esses profissionais em relação ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos nas IFES. Flagrados nesse desconhecimento durante a apresentação da proposta tentaram, os assessores do Ministro, remendar a situação, mas de forma desqualificada quando referiram-se a eles como meros objetos de contabilidade ao prometerem "contar essas cabeças", para tentar contemplá-los através do mecanismo de bolsas. Com relação às demais exclusões, as tentati-

vas de resposta foram evasivas na linha do "quem sabe", "pode-se pensar", "vamos estudar". Essa postura demonstra que a proposta não visa solucionar a questão do reajuste salarial, mas sim tirar o governo da situação inexplicável de, mesmo reconhecendo a dívida salarial com os docentes, não apresentar uma fórmula efetiva de resolvê-la. Isto também aponta para a necessidade de se reforçar a articulação com outros setores da educação em greve, intensificando a luta.

O GED introduz a novidade do pagamento por tarefa ao trabalho docente. Assim, ganha-se de acordo com o número de horas-aula lecionadas, da avaliação de desempenho e da produção acadêmica. Este é um dos aspectos mais nefastos da GED, pois embute na questão salarial a lógica da "universidade de resultados", onde não só o pagamento do professor, mas também o financiamento da instituição se daria em função de sua eficiência em responder as demandas de quem, de acordo com o projeto governista, deveria financiar a universidade: empresas privadas e estudantes. O aspecto da pontuação, cujos valores aparecem na imprensa, e não foram apresentados pelo MEC ao CNG, é também demagógico, diz pretender recompensar o esforço individual quando desqualifica, na verdade, a especificidade da atividade docente desenvolvida a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Introduce, portanto, a questão da avaliação docente, entendida por este comando como sendo equivocada, na perspectiva do projeto privatizante do governo. Cabe ressaltar que o MD defende a avaliação de desempenho, a qual, aliás, já é utilizada para o processo de progressão na carreira. Nossa perspectiva, no entanto, é a implementação do processo de avaliação institucional expresso na "Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderos ANDES 2)".

É importante salientar que a gratificação esta proposta exclui mais de 27 mil professores das IFES (representando 39% do total, segundo tabelas do MEC). Ficarão de fora os professores ativos e inativos sem titulação, os afastados em capacitação e os docentes de 1º e 2º graus.

Diante disso, cabe ao movimento manter-se firme na defesa das IFES, firmeza esta que passa por uma rejeição fundamentada da proposta do governo nos termos indicados no comunicado 38, tendo em vista tratar-se de um embate de projetos. Nesta perspectiva, a pauta de reivindicações contém, além do item de reajuste salarial emergencial, uma série de itens que configuram de forma ampla, a defesa das Instituições Federais de Ensino Superior, Gratuitas e de Qualidade Socialmente Referenciadas e, diante do quadro da greve dos docentes, técnicos-administrativos e estudantes, aumenta a responsabilidade que cada movimento tem para com as lutas dos demais segmentos.

Professores do Campus I apresentam proposta

Reunidos em Assembléia Geral, dia 02/06/98, os docentes da UFPB (Campus I) resolvem encaminhar ao Comando Nacional de Greve dos Docentes Universitários as seguintes considerações e propostas, para a devida apreciação por parte do CNG:

1. Após 60 dias de vitoriosa greve docente, o MEC se viu obrigado a apresentar ao movimento grevista uma contraproposta, sem respaldo sócio-político para impor pela força a suspensão da paralisação. Isso nos leva à necessidade premente de apresentar ao MEC, e à sociedade em geral, uma resposta fundamentada em nosso projeto de Universidade, que possui diferenças essenciais em relação ao do Governo FHC.

2. Sugerimos ao Comando Nacional de Greve, como linhas basilares de uma contraproposta, o que segue:

2.1. Estabelecimento de um piso salarial para a categoria docente;

2.2. Aumento da gratificação de titulação;

2.3. Acréscimo no valor do percentual pertinente à Dedicção Exclusiva.

Por que essa propositura se justifica para o atual momento da greve? Em primeiro lugar, ela significa um aumento geral nos vencimentos de todos os professores das Instituições de Ensino Superior, sem discriminações aos aposentados, professores de 1º e 2º graus e professores graduados ou com título de especialização - coerente com os desdobramentos de nossa Pauta Emergencial. Demais disso, consonante com nosso projeto universitário, ela valoriza a qualificação acadêmica e a Dedicção Exclusiva, que, a nosso ver, são condições inelimináveis para a boa produção acadêmica.

3. Nossa proposta tem, também, a vantagem de desmoralizar o discurso encetado pelo MEC na mídia, que chama à si, enganosamente, o papel de única parte disposta a negociar e de defensor da qualidade do trabalho acadêmico.

Vamos acabar com o discurso enganoso do MEC e mostrar à sociedade que sabemos negociar, sempre estivemos dispostos ao diálogo e ao entendimento e defendemos uma Universidade Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade!

Vejam a tabela abaixo que contém a ilustração das propostas elaboradas nas reuniões de centros, ontem de manhã, e apresentadas ao Comando Local de Greve para que fossem encaminhadas à Assembléia Geral desta terça-feira, 2 de junho.

Segundo a proposta, será aplicado um aumento no salário básico dos professores e, posteriormente, um aumento do percentual, sobre o salário base, de acordo com a titulação de cada docente.

PROPOSTA DE AUMENTO

Aumento do Piso Salarial

30 para 35%

Aumento da Dedicção Exclusiva

55 para 65%

Aumento para Especialista

12 para 15%

Aumento para Mestre

25 para 30%

Aumento para Doutor

50 para 60%

OF. CIRC. Nº 117/98

Brasília, 20 de maio de 1998

DA: Presidência
PARA: Seções Sindicais e Diretores

ASSUNTO: Convoca o XXXVI CONAD

Companheiros:

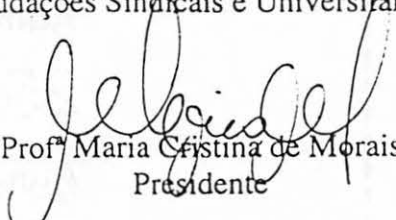
De acordo com o Art. 30, inciso XII, do Estatuto do ANDES-Sindicato Nacional, vimos pelo presente, convocar o XXXVI CONAD - Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, a se realizar na ADUFPB-CG Seção Sindical, Campina Grande-PB, no período de 26 a 29 de junho de 1998, que terá como tema "**Universidade Pública: quem sabe faz a hora**", com a seguinte pauta e cronograma:

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA
TEMA I - Avaliação e Atualização do Plano de Lutas
TEMA II - Questões Organizativas e Financeiras

26/06 (Sexta)	27/06 (Sábado)	28/06 (Domingo)	29/06 (Segunda)
09:00 às 12:00h Credenciamento	09:00 às 14:00h Credenciamento 09:00h Plenária de Instalação	09:00h Grupo Misto - Tema I	09:00h Plenária Tema I
14:00 às 20:00h Credenciamento	14:00h Plenária Inicial	14:00h Grupo Misto - Tema II	14:00h Plenária Tema II
20:00h Plenária de Abertura	19:00h Grupo Misto - Tema I	19:00h Plenária Tema I	20:00h Plenária de Encerramento

Sem mais para o momento, enviamos nossas cordiais

Saudações Sindicais e Universitárias


Prof.ª Maria Cristina de Moraes
Presidente

MAIS

e serviços na Sede Social

CONFORTO



O projeto que objetiva uma melhor utilização da sede social da ADUFPB-JP terá como suporte a regulamentação de todas as atividades educacionais, administrativas, recreativas, culturais e comerciais que ali serão colocadas em prática. A preocupação da Diretoria Executiva é estabelecer parâmetros para a utilização racional da sede de forma que o patrimônio seja cada vez mais valorizado e dele seja tirado o máximo de proveito possível. O regulamento da sede social está sendo preparado e, posteriormente, será colocado para apreciação dos sócios na sede da entidade.



A piscina da sede, além de servir para o lazer dos sócios e seus dependentes, será utilizada também para cursos de hidroginástica, natação e natação infantil.



O hall da sede servirá para o lançamento de obras literárias e científicas, exposições de artes plásticas, exibição de filmes etc.



O bar será arrendado mas os preços e o atendimento especial para os sócios e seus dependentes será diferenciado.

Boletim

ADUFPB-JP

é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/ Sindicato Nacional Filiada à CUT - Centro de Vivência - UFPB Cx. Postal 5001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375
e-mail: adufpbjp@funape.ufpb.br

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-Presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:

Luiz de Sousa Júnior
Diretor de Política Social
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa/Divulg.:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria
Laércio Losano

Criart

Associação de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117

Jornalista Responsável - Gilson Renato - DRT/PB - 821
Diagram. e Edit. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

Porque a sede social está mudando

A sede social da ADUFPB-JP foi adquirida em 1995 com o objetivo principal de desenvolver atividades culturais, de conagração e lazer, objetivo este fundamentado no regimento de nossa seção sindical. No intuito de tornar exequível estes eventos, alguns servidores foram contratados (dois garçons, uma cozinheira para o atendimento ao bar, dois vigilantes e uma atendente, além de prestadores de serviços como, um piscineiro, uma faxineira e um acadêmico de medicina).

Ao longo desses três anos foram constatados os seguintes problemas: prejuízo no bar, atendimento inadequado por parte dos garçons, uso indevido da piscina por parte de pessoas não associadas, desperdício de gêneros alimentícios, descontrole em atividades extraordinárias com subsequente aumento no pagamento de horas extras, gastos excessivos com telefone, água e energia, além de atendimento diferenciado com relação a alguns associados. Todos estes problemas estavam

ligados a falta de uma vigilância administrativa de caráter contínuo. Paralelamente a todos esses problemas, verificamos que a sede social estava distante de atender as atividades culturais e de lazer, originalmente propostas. Neste sentido iniciamos uma série de mudanças que têm como carro-chefe o fim da estrutura administrativa anterior e a adoção de um novo sistema administrativo.

A sede da ADUFPB-JP, a partir de agora será administrada por uma empresa de manutenção e o bar será arrendado de forma que seja preservado o atendimento diferenciado para todos os associados. Naturalmente não queremos transformar a sede social em uma "empresa" lucrativa pois este não é o objetivo original que justifica a compra da sede, mas, certamente, com a otimização dos custos e dos serviços, garantiremos melhor qualidade com menor custo para os sócios, seus dependentes e a sessão sindical como um todo.

Diretoria Executiva

Projeto de Revitalização da Sede Social

Caro sócio sindicalizado,

A Diretoria da ADUFPB-JP/SSind, Gestão 97/98, vem comunicar à comunidade acadêmica o início do Projeto de Revitalização da Sede Social. Entendendo a nossa Sede Social como um pólo de conagração, fomento e divulgação da cultura em todas as suas dimensões (shows, cursos, artes em geral), a Diretoria Cultural da entidade, atendendo a determinação da sua Diretoria executiva, desenvolveu o presente projeto de redimensionamento de suas potencialidades e finalidades. Para tal, decidimos otimizar os recursos destinados à política cultural através de certos ajustamentos administrativos, a seguir listados e justificados:

↳ **ARRENDAMENTO DO BAR:** Di-

ante das constantes reclamações quanto ao atendimento aos associados e a falta de controle, por parte da Diretoria Executiva, da administração dos seus recursos (receitas e despesas), optamos por arrendar o bar para terceiros, respeitando critérios a serem estipulados no futuro processo de arrendamento. Entre estes critérios destacamos a manutenção de preços diferenciados para os sócios, a melhoria no atendimento dos serviços e adequação do bar aos projetos culturais que serão desenvolvidos pela entidade, entre outros.

↳ **REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ADMINISTRATIVA DA SEDE SOCIAL:** Devido a constatação de que o modelo administrativo anterior, baseado na contratação e manutenção de um quadro funcional próprio, que embora significasse 7 empregos diretos, não estava atendendo às necessi-

dades e objetivos da sede social (pois além do seu alto custo, exigia atenção direta da diretoria da ADUFPB-JP) optou-se pela contratação de uma empresa de prestação de serviços de limpeza, recepção e vigilância com o objetivo de melhorar os serviços oferecidos na sede e economizar os recursos financeiros da entidade. (ver repercussão financeira à página 3)

↳ **EXECUÇÃO DE NOVOS PROJETOS CULTURAIS:** a partir deste mês, os projetos abaixo relacionados serão colocados em prática com a finalidade de oferecer uma gama de serviços e atividades culturais para os associados.

Marcelo Bulhões, Diretor Cultural

Cursos

Este projeto visa oferecer aos associados/sindicalizados Cursos nas mais diversas áreas em caráter permanente e a baixo custo para a nossa comunidade. Serão oferecidos cursos de hidroginástica, tai-chi-chuan, capoeira, ludus aeróbica, yoga, natação infantil, biodança para a 3ª idade e violão popular. Consta ainda deste projeto, a instalação, na sede social, de um gabinete de massagem terapêutica e sala de musculação. Os cursos serão subsidiados em parte pela ADUFPB-JP, custando R\$ 10,00 ao mês ao sócio e seus dependentes e R\$ 15,00 aos não sócios, garantindo a prioridade das vagas aos associados. Os cursos serão oferecidos nos turnos da manhã, tarde e noite, de acordo com a disponibilidade dos profissionais envolvidos.

Salão de Jogos

Projeto que visa equipar a sede social com vários jogos (xadrez, sinuca, damas, totô, tênis de mesa etc) para integrar os associados em atividades lúdicas e de lazer.

Sede de Leitura

Visando contribuir com a produção cultural e artística dos associados e demais produtores de cultura, este projeto tem como objetivo principal dar suporte a atividades como lançamento de obras de autores/professores e escritores paraibanos através do uso de nossa Sede Social. A idéia é promover, pelo menos uma vez por mês, um evento que envolva shows musicais, noites de autógrafos, recitais de poesia e lançamento de obras literárias e/ou científicas. Para tal já estamos abrindo inscrições na nossa agenda de lançamentos aos professores e autores paraibanos. Os interessados devem procurar a ADUFPB-JP e proceder a sua inscrição.

Clube de Cinema

Busca incentivar a exibição e divulgação de filmes de cineastas locais, nacionais e internacionais. Para tal fim será feita a aquisição de um equipamento moderno de áudio e vídeo (telão de cristal líquido) que tam-

Galeria e Vernissage

O objetivo é a instalação de um espaço permanente na Sede Social para exibição e venda de produções artísticas na área das artes plásticas (pinturas, esculturas etc) provenientes de professores, dependentes e da comunidade pessoense. Vernissages também serão patrocinadas pela ADUFPB-JP como apoio da nossa sessão sindical tanto no lançamento de novos artistas como também nas exposições de nomes já consagrados das artes plásticas paraibanos.

bém possibilitará a exibição de mídia audio-visual nos momentos eminentemente políticos (cursos, assembleias, comícios etc) de nossa atuação sindical dentro e fora da sede social.

Despesas eram 430% maior que receita

Sede Social da ADUFPB-JP

Demonstrativo das origens e aplicações de recursos no exercício 1997

TOTAL DE RECEITAS R\$ 15.458,11

DESPESAS

Salários	35.370,28
Encargos sociais (INSS/FGTS/PIS)	12.202,75
Manutenção/Conservação	3.294,15
Condução e Transporte	477,40
Manutenção Piscina	3.488,90
Restaurante	17.375,33
Festas, Brindes e Recepções	3.173,40
Serviços Especializados	2.331,96
Material de Consumo	257,97
Água e Luz	3.465,08
Combustíveis	160,00
Cópias e Encardernações	28,40
Livros, Jornais e Revistas	20,00
Telefone	141,11
IPTU	723,19

TOTAL DE DESPESAS

R\$ 82.509,92

Para que todos possam ter idéia da necessidade das mudanças que a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP está implementando na sede social da entidade, divulgamos ao lado uma tabela comparativa (receita/despesa) da sede social no exercício 1997. Os dados foram fornecidos pelo setor de contabilidade da entidade.

35.370,28
+12.202,75

R\$ 47.573,03
Total de gastos com funcionários no ano de 1997

R\$ 47.573,03
corresponde a

57,61% do total de despesas no ano.

No primeiro trimestre de 1998 a receita da sede social foi de R\$ 3.624,74 (três mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos); já a despesa com pessoal, no mesmo período, foi de R\$ 17.903,73 (dezessete mil, novecentos e três reais e setenta e três centavos), quase cinco vezes o valor da receita.

Resultado de gastos do 1º trimestre de 1998

Salários R\$ 14.403,27
Enc. Sociais* R\$ 3.500,46

Total das despesas com pessoal

R\$ 17.903,73

* (INSS/FGTS/PIS/ANUÊNIO/FÉRIAS ETC)

Gastos com administração e pessoal diminuirão em 47,22%

Despesa mensal com empresa e gerente contratados

Empresa LUDUS	R\$ 2.150,00
Salário/Gerente	R\$ 1.000,00
Total/Mês	R\$ 3.150,00

Projeção para o trimestre:

R\$ 9.450,00

Economia com o novo modelo administrativo:

R\$ 8.453,73

Ou

47,22%

A empresa contratada pela Diretoria Executiva da ADUFPB-JP para administrar a sede social da instituição foi a Ludus Serviços Ltda. Pelo contrato, a empresa será responsável pelos serviços de manutenção (varredura, lavagem, jardinagem, limpeza de piscina, sistemas elétrico e hidráulico), recepção aos sócios e visitantes, controle de documentação, atendimento telefônico, vigilância e segurança patrimonial das instalações físicas e objetos da sede. Será contratado um gerente para controlar os serviços da empresa e coordenar todos os serviços da sede social.

Os serviços serão prestados nos seguintes horários: recepção, das 8h00 às 17h00 de segunda a sexta-feira e, nos sábados e domingos, das 9h00 às 18h00, com intervalo de 90 minutos para refeições e descanso. A partir de agora a sede funcionará todos os dias.

Dados: Setor de Contabilidade da ADUFPB-JP

Boletim

PORTE PAGO
DR/PB
PRT/PB - 540/95

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
PRT/PB - 541/95

20
Anos

ADUFPB-JP Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do ANDES
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADUFPB-JP
Secção Sindical do ANDES-SN
Filial à CUT

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Maio de 1998 - Nº 63



MUDANÇAS NA SEDE SOCIAL DA ADUFPB-JP

Diretoria Cultural cria projeto de revitalização

**Saiba sobre
o novo projeto**

Página 2

***O que vai mudar
na sede social***

Página 4

A diretoria da ADUFPB-JP está mudando a administração da sede social da entidade com o objetivo de otimizar custos e melhorar os serviços para os associados e seus dependentes. A iniciativa da ADUFPB-JP tem como base a necessidade imediata de diminuir a distância entre receita e despesa que, nos últimos 3 anos, vem sendo muito alta e que, a longo prazo, significaria um prejuízo desnecessário para o patrimônio da sessão sindical dos professores do Campus I. No primeiro trimestre de 1998, por exemplo, a receita foi de R\$ 3.624,74, enquanto que a despesa foi de R\$ 18.304,25. Neste caso o prejuízo para a sessão sindical, no primeiro trimestre de 1998, foi de R\$ 14.679,51

A principal medida que a nova diretoria tomou foi a substituição do quadro funcional próprio por uma empresa de manutenção e serviços. O gasto com o quadro funcional próprio, tomando como referência o ano de 1997, por exemplo, foi 5 vezes maior que a receita da sede social durante o período. Considerando a grande responsabilidade de administrar um patrimônio que pertence a tantas pessoas e que foi construído com muito esforço, a diretoria da ADUFPB-JP já colocou em andamento as mudanças que surtirão efeitos positivos num curto espaço de tempo.

Neste informativo, caro professor, você tomará conhecimento das mudanças, prestação de contas e projeto de revitalização da sede social.

A GREVE HOJE

O caminho é avançar

A força do movimento de nossa greve impôs ao governo uma derrota, com a queda do PID. Se por um lado o governo demonstra força, quando avança nas votações da reforma da Previdência, na perspectiva de concluir o processo em primeiro turno; por outro lado fica patente sua fragilidade, no setor da Educação, junto ao Congresso Nacional onde sofre derrotas e ataques de parlamentares de sua própria base, junto à sociedade civil, onde não conta com apoio de nenhuma entidade representativa (ex. SBPC) e, finalmente, frente ao próprio movimento docente, quando não apresenta qualquer alternativa propositiva frente a nossa pauta de reivindicações. O movimento docente desmascara, para a sociedade, o caráter excludente e discriminatório do MEC para com as IFES. Um dos resultados desse movimento é a recente convocação, pelo Senado, do ministro da Educação, para prestar contas da crise das Universidades, o que pode ser encarado como mais uma situação de constrangimento governamental criada por nossa greve. Hoje, com a derrota do PID, há apenas nossa pauta integral de reivindicações para análise, uma vez instalada a mesa de negociações, cabendo ao governo, portanto, a explicitação de sua posição.

Nossa greve ainda cresce, com as recentes deliberações de adesão da ADFUNREI e da ADOURADOS, a partir de 18 de maio.

As 41 assembleias, realizadas após a audiência do CNG com o ministro, foram enfáticas em reafirmar a continuidade da greve, posicionando-se contrárias a todas as formas de exclusão de docentes aposentados, de 1º e 2º graus das IFES e pensionistas. Essa posição reforça a necessidade de ampliar a participação efetiva de aposentados e pensionistas nas atividades do movimento, e explicita o caráter de não exclusão da nossa pauta e resgata a história do movimento docente. Essas respostas apontam claramente, a partir das bases, a direção do movimento, cujo horizonte vai-se construindo no próprio processo de luta. Nesse sentido, as assembleias evidenciam com clareza que a manutenção da greve passa pela defesa da dignidade da categoria e aponta para a radicalização do movimento, que garanta a abertura de negociação para a discussão da nossa pauta de reivindicações.

A ameaça de corte de salários denuncia a incapacidade do governo de negociar com os movimentos organizados, reeditando, sem sucesso, as velhas tentativas de repressão e divisão do movimento, evidenciando seu descompromisso com a Universidade Pública e Gratuita. Após o fracasso da proposta autoritária do PID e sem proposta alternativa própria, tenta responsabilizar os docentes pelos prejuízos ao ano letivo, quando ao cumprimento do calendário. O corte de salários aponta para a inviabilização do semestre/ano letivo e o movimento reafirma que o governo será



o único responsável por essa situação.

Ocorre porém que o apoio de nosso movimento junto à sociedade decorre do fato de que defendemos uma proposta que transcende a questão salarial, voltada principalmente para a preservação deste patrimônio social, que são as IFES, cuja importância estratégica para o desenvolvimento das diversas regiões brasileiras é incontestável. Ao colocar a defesa da Educação Pública e Gratuita no centro do debate, estamos conseguindo desmascarar o projeto do governo de desestruturação do sistema de ensino superior, via PEC 370/96, que poderá ter como consequência a desativação de IFES, transformação de IFES em colégios de 3º grau e de poucas em centros de excelência, o que reforça o caráter excludente e discriminatório das propostas do MEC, fundadas no projeto global do governo em relação às IFES.

Ressalte-se que dessa política, res-

paldada pelo Banco Mundial, resultam o comprometimento do desenvolvimento sustentável, socialmente fundado, o aumento da exclusão social e, no caso específico da região amazônica, a viabilização do processo de internacionalização de nossos recursos naturais.

É importante ressaltar que a respeitabilidade do nosso movimento junto a outros setores organizados da sociedade, reforçada na plenária dos SPF's em 16/05, levou a que a Educação tenha papel de destaque na Jornada de Lutas pelo Emprego e Direitos Sociais, e que implica nossa responsabilidade no encaminhamento da luta, como referência a outros movimentos. Contribuímos decisivamente para uma conjuntura favorável à emergência de movimentos de outros setores da educação, como por exemplo a greve da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Sindicato dos Professores do DF (SINPRO-DF) e a greve dos estudantes das IFES, configurando, de fato, um amplo movimento nacional em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada.

O Comando Nacional de Greve avalia que a negociação efetiva ainda não foi iniciada e que, portanto, prevalece nossa pauta de reivindicações como objeto de discussão, em interlocução direta com o MEC. Nesse sentido, estamos solicitando audiência urgente com o Ministro da Educação, sugerindo como data o dia 20/05/98.

Professores da UFPB contribuem com proposta de negociação

Seguindo a estratégia geral do movimento em nível nacional, os professores do campus I da UFPB, reunidos na última Assembleia Geral realizada na quarta-feira, 13 de maio, discutiram mecanismos para a negociação com o MEC capazes de implementar os inarredáveis princípios expressos pela nossa pauta de reivindicações. Tais princípios incluem a manutenção da paridade ativos/aposentados, a isonomia no índice de reajuste para toda a categoria de docentes das IFES e a rejeição a qualquer instrumento de implementação da "autonomia plena" nos moldes do PEC-370, pelo seu caráter de descompromisso do Estado com a educação superior pública.

Os professores decidiram ainda na última Assembleia, encaminhar, para apreciação do Comando Nacional de Greve, uma proposta de

negociação que prevê o estabelecimento de um piso salarial emergencial para os docentes das IFES, construído a partir da aplicação do percentual de reposição contido na pauta da greve (48,65%) sobre o salário inicial de nossa carreira, que é o de professor auxiliar I, T-20.

Acreditamos que essa iniciativa, acompanhada de uma atuação junto a sociedade, visando o des-nivelamento da visão perversa e excludente do governo, que não se envergonha em caracterizar como vagabundos aqueles que, pelas iníquas condições sociais brasileira, começaram a trabalhar ainda na infância ou adolescência, e que por isso, na sua ótica, devem ser discriminados, e do fortalecimento interno de nossa greve, ampliam nossas já concretas chances de vitória.

Professor, você esteve presente nestes eventos?

26 de março de 1998



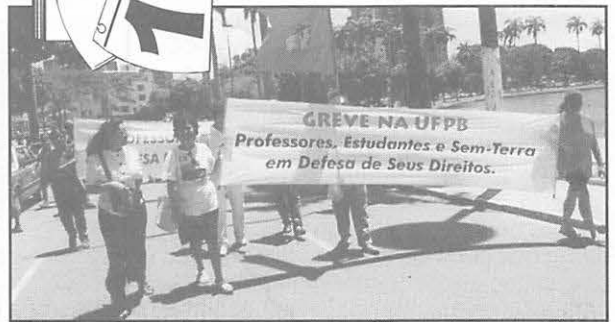
330 professores participaram da Assembléia Geral que deliberou pela greve por tempo indeterminado a partir de 31 de março. A UFPB (Campus I) foi uma das primeiras IFES a entrar em greve

01 de abril (Dia da Mentira de FHC)



O "Dia da Mentira de FHC" (01 de abril) foi marcado por uma manifestação em frente à UFPB. No sábado de Aleluia (11 de abril) professores participaram de passeata dos sem-terra na Lagoa

11 de abril



Marcha do Recife: sem-terra e docentes na Lagoa

13 de abril



13 de abril: Assembléia Geral ratifica greve

28 e 30 de abril



Os docentes da UFPB foram convidados para duas sessões especiais na Assembléia Legislativa. Na pauta, a greve e a crise no ensino público.



18 de maio

Professores, estudantes e funcionários desviaram o trânsito para um "safari" no Campus I. O objetivo do evento foi chamar a atenção da população para os problemas da UFPB.

Você também faltou.

Participe dos atos de mobilização!

**DEFENDA A UNIVERSIDADE
PÚBLICA E GRATUITA.**

ELA É A SUA VIDA!

Greve pára todas as IFES

Movimento é o primeiro na história com 100% de adesão

A paralisação nas Instituições Federais de Ensino Superior-IFES que hoje atinge a totalidade das universidades brasileiras e também várias instituições de ensino médio, começou a tomar corpo com a greve de alerta que, nos dias 18 e 19 de março, paralisou mais de 80% das universidades brasileiras. A reunião das IFES, ocorrida nos dias 19, 20 e 21 de março passado, deliberou pela indicação para todas as seções sindicais de deflagração de greve por tempo indeterminado. Entre os dias 23 e 26 de março a maioria das seções sindicais se reuniu em Assembléias e a partir do dia 31 de março tiveram início as adesões à greve por tempo indeterminado.

No dia 06 de abril, 7 dias depois que as primeiras universidades entraram em greve por tempo indeterminado, o número de instituições em greve já era de 28 - superior a 50% do total das IFES. Hoje o movimento atinge a totalidade das IFES.

A greve em curso tem como principais objetivos a conquista do reajuste emergencial de 48,65%; o compromisso de não redução dos quadros funcionais das universidades; a ampliação de vagas e abertura de concursos; a



retirada do Plano de Incentivo à Docência, imposto pelo Governo Federal através de Medida Provisória e derrubado pelo Congresso Nacional em sessão do dia 12 de maio; instalação de mesa de negociação com vistas à discussão e encaminhamento de solução à pauta de reivindicações da categoria.

A paralisação, além de atingir a todas as IFES, também conquistou o apoio popular, de instituições importantes e, recentemente, de um grupo de 20 deputados de vários partidos que, inclusive, forçaram o ministro Paulo Renato a conceder uma audiência ao Comando Nacional de Greve.



Estudantes em greve

A greve dos estudantes em apoio a dos professores das IFES já atinge mais de 50% do país. Segundo a direção do movimento, o conjunto da base tem mostrado uma enorme disposição de luta. Estudantes de todo o país se reúnem hoje (20 de maio) em Brasília para reforçar o movimento e ampliar a greve.

Continuidade da greve

A rodada de Assembléias posteriores à audiência com o Ministro Paulo Renato (41 até ontem), em sua totalidade, apontam para a continuidade da greve. A unanimidade também enfatiza a não aceitação de qualquer negociação salarial que exclua aposentados e pensionistas.

Greve de fome

Algumas AG's (ADUFG, por exemplo) têm proposto a radicalização do movimento, caso se confirme o corte de ponto, através de uma greve de fome em todas as instituições paralisadas.

Apoio

O movimento docente tem recebido moções de apoio de várias instituições e autoridades brasileiras e também estrangeiras. A Universidad del Trabajo del Uruguay nos enviou moção de apoio com a seguinte assinatura: **Fuerza e arryba los que luchan!**

INFORMES FINANCEIROS DA GREVE

Veja no quadro abaixo os gastos com a preparação do movimento e com a greve nos seguintes períodos: 18 e 19 de março e de 31 de março (início da greve) a 18 de maio de 1998 (última segunda-feira).

Mídia	35.644,00
Hotel/Passagens	10.043,00
Diárias	5.965,00
Faixas/Cartazes/Ato Público etc.	4.528,00
Despesas com Alimentação/Transporte/Expediente/Fotocopiadoras etc.	2.993,00
Repasse do Fundo Nacional de Greve	3.430,00
TOTAL	61.578,00

Não perca!

Às 19h00 desta quarta-feira (20 de maio) será lançado o livro "Opção Brasileira" no Auditório da Reitoria. O evento é mais uma atividade de greve e contará com a presença de César Benjamim, um dos autores da obra que é um projeto alternativo para o país.

César Benjamim fará palestra sobre o tema após a apresentação do livro.

O lado legal da greve

Preocupada com a ameaça de corte de ponto por parte do Governo, a Diretoria da ANDES-SN solicitou a sua assessoria jurídica uma análise do assunto.

Do ponto de vista técnico-jurídico, a situação do possível corte de ponto dos professores em greve se encontra nos seguintes termos.

Nos dois ofícios que enviou aos reitores, o MEC solicita medidas como a suspensão dos vales-transporte e a divisão da folha de pagamento em 4 partes distintas (de acordo com a situação funcional do servidor) sendo que, informa o ofício, o bloco 1 - inativos, pensionistas, cedidos, substitutos e médicos residentes - rece-

beria o salário normalmente enquanto que os outros blocos teriam o pagamento dos seus salários condicionados à informação, de parte das reitorias, se estão ou não em greve.

No caso específico da UFPB, o Reitor Jäder Nunes não atendeu às solicitações do MEC e enviou a folha de pagamento referente a maio como se nada estivesse acontecendo (sem informar sobre a greve ou dividir a folha em blocos).

Desta forma o MEC não tem respaldo jurídico para cortar o ponto de nenhum servidor pois, oficialmente, não tem nenhuma informação a propósito de greve.

Mesmo assim, o Comando Local de Greve entende que o Governo poderá reter

o pagamento dos salários até o último dia permitido (quinto dia útil do mês posterior) e informa que, conforme o parecer jurídico da assessoria, caso o Governo insista em não liberar os salários depois do prazo legal máximo permitido, o ANDES impetrará um Mandado de Segurança com pedido de liminar contra o ato do secretário executivo do MEC, a fim de evitar o corte ou retenção de pagamento constitucionalmente ilegais.

A assessoria jurídica do ANDES esclarece também que os ofícios circulares expedidos pelo MEC pedem para que os reitores informem os servidores que se encontram paralisados. Portanto, em última análise, quem determinará o corte nos salários será o reitor de cada IFE.

Boletim



M

João Pessoa/PB
20 de Maio de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS

PROFESSORES DA UFPB

51

dias após o início da greve, o movimento atinge todas as universidades públicas e a sociedade entende as razões da paralisação.

dias em defesa da Universidade



1º de abril - Docentes fazem manifestação no "Dia da Mentira"



26 de março - Professores decidem pela greve

NESTA EDIÇÃO, UMA RETROSPECTIVA DA GREVE NA UFPB

Conselhos discutirão distribuição de vagas

A Diretoria da ADUFPB-JP foi convidada pelo reitor Jäder Nunes para uma reunião onde o principal assunto foi a distribuição das 68 vagas para contratação de professores, já autorizada pelo MEC, entre os vários departamentos. Na reunião, que aconteceu às 17 horas da última segunda-feira, o reitor pediu que a

diretoria da ADUFPB-JP intercedesse junto ao Comando Local de Greve no sentido de que este permitisse a realização de reuniões do CONSEPE e do CONSUNI para discutir o assunto.

O Comando Local de Greve, considerando a importância do assunto, aprovou a realização das reuniões que acontecerão em datas a ser marcadas.

ANDIFES recua da apresentação do PEG

Na reunião da última segunda-feira entre o reitor Jäder Nunes e a diretoria da ADUFPB-JP, o reitor informou que a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, desistiu de apresentar o Programa de Estímulo à Graduação - PEG, proposto pela instituição recentemente. O PEG foi duramente criticado pelos docentes das universidades brasileiras por, igualmente ao PID, não atender às reais

necessidades das IFES. O PEG também ratifica o projeto de desmantelamento das universidades federais brasileiras na medida em que defende pontos como a dissociação entre pesquisa, graduação e extensão e a quebra da isonomia salarial.

As críticas incisivas do movimento docente contra o PEG surtiram efeito e forçaram o recuo da ANDIFES que, com o PEG, apenas atende aos interesses escusos do MEC.

Sociedade apóia greve nas IFES

A forma como a greve dos professores das universidades públicas brasileiras tem refletido nos diversos segmentos da sociedade reforça a convicção de que o movimento acontece no momento certo e necessário. Além de acontecimentos que podem ser considerados como batalhas ganhas - a exemplo do recuo da ANDIFES em relação ao PEG e a abertura para contratação de 2.100 professores, inclusive, contratação de docentes efetivos em vez de substitutos.

Em todo o país a imprensa tem dado destaque às reivindicações dos docentes das IFES e o movimento grevista conseguiu levar os problemas da universidade pública brasileira para fóruns diversos; o assunto hoje é discutido do boteco da esquina aos programas de maior audiência da televisão brasileira.

No último domingo, por exemplo, o programa "Fogo Cruzado", apresentado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim na TV Bandeirantes, reuniu em um debate o secretário da SESU/ MEC, Abílio Baeta e os professores, Luiz Pinguelli Rosa, Moysés Nussenzweig e Manoel Gonçalves Ferreira Filho e



José Artur Giannotti.

No final do debate a participação popular, via telefone, apoiou a greve com a expressiva maioria de 95%. Os articulistas mais lidos da grande imprensa do país também têm destacado a greve dos professores e, na maioria das vezes, apoiado e reconhecido a importância da paralisação para a educação brasileira.



Mais apoio

No dia 17 de abril, no Rio de Janeiro, os participantes da 1ª Reunião do Fórum Nacional Consultivo da Unitrabalho, aprovaram, por aclamação, encaminhar à reunião do Conselho Deliberativo uma moção de apoio à greve dos docentes das IFES e que o MEC abra efetivas negociações da pauta de reivindicações.

Mais apoio (II)

O secretário da Confederação dos Educadores Americanos - CEA, Fernando Rodão, manifestou apoio ao movimento grevista, destacando que as estratégias dos governos para destruir a classe trabalhadora são similares, com propostas salariais de divisão. Ele informou também que, nos próximos dias 25, 26 e 27 de abril, estará ocorrendo, no Equador, o Congresso da CEA.

Pela reforma agrária

O dia 17 de abril foi marcado em todo país por manifestações pela reforma agrária e pela justiça no campo. Os servidores públicos federais, em seu calendário de lutas, apontaram esse dia como de greve nos serviços públicos federais, com a realização de atos e manifestações.

Particularmente o ANDES-SN também assumiu esse dia em seu calendário, demarcando-o como data de manifestações em defesa da universidade pública, no contexto da greve em curso nas IFES.

Boletim



João Pessoa/PB
23 de Abril de 1998

DO COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES DA UFPB

A GREVE NAS IFES

Agora são **46** universidades paradas

Seis instituições não estão em greve por tempo indeterminado mas participam do movimento

O movimento dos docentes das universidades públicas brasileiras continua crescente. De um total de 52 universidades, 46 (mais de 90% do total) já aderiram ao movimento e estão em greve por tempo indeterminado. Algumas instituições ainda não estão em greve por tempo indeterminado mas também estão participando do movimento com greves por tempo determinado e paralisações.

A Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina, aprovou paralisação por tempo determinado até o dia 28 de abril quando realizarão uma AG cuja pauta principal será a greve por tempo indeterminado. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte está em greve por tempo determinado até a próxima sexta-feira (24/04) quando também terá AG.

O QUADRO DA GREVE EM TODO O PAÍS



REGIÃO NORTE

Universidade Federal do Pará (ADUFPA); Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (ADFCAP); Universidade Federal do Acre (ADUFAC); Universidade Federal do Amazonas (ADUA)



REGIÃO CENTRO-OESTE

Universidade de Brasília (ADUnB); Universidade Federal de Goiás (ADFG), campi de Jataí (ADCAJ) e Catalão (ADCAC); Universidade Federal do Mato Grosso (ADUFMAT) e campus Rondonópolis (ADUFMAT-ROO)



REGIÃO SUL

Universidade Federal de Santa Maria-RS (SEDUFMS); Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC); Universidade Federal de Pelotas (ADUPeI); Centro de Formação Profissional do Paraná; Centro Federal de Educação Tecnológica - Curitiba (SINDOCFET-PR); Universidade Federal do Paraná (APUFPR)



REGIÃO NORDESTE

NA PARAÍBA

Universidade da Federal da Paraíba (ADUFPB-JP) e campi Patos (ADUFPB-Patos), Cajazeiras (ADUC), Bananeiras, Sousa, Areia e Campina Grande (ADUFPB-CG)

OUTROS ESTADOS

Universidade da Federal da Bahia (APUB); Universidade Federal do Maranhão (APRUMA); Universidade Federal de Sergipe (ADUFS); Universidade Federal de Alagoas (ADUFAL); Universidade Federal do Piauí (ADUPI); Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN) Universidade Federal do Ceará (ADUFC); Universidade Federal Rural de Pernambuco (ADUFERPE)



REGIÃO SUDESTE

Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ); Universidade Rural do Rio (ADUR-RJ); Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH); Universidade Federal de Juiz de Fora (APES-JF); Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU); Universidade Federal de Viçosa (ASPUV); Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP); Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCAR); Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG (APROEFEI); Universidade Federal de Lavras - MG (ASPESAL); Centro Federal de Educação Tecnológica de Belo Horizonte (SINDCEFET-MG); Universidade Federal Fluminense - Niterói (ADUFF); Centro Federal de Educação Tecnológica - RJ (ADCEFET-RJ); Universidade do Rio de Janeiro (ADUNI-RIO); Escola Paulista de Medicina (ADEPM)

AS REIVINDICAÇÕES

REIVINDICAÇÕES:

- Reajuste salarial de 48,65%
- Compromisso de não redução dos quadros funcionais das universidades
- Ampliação das vagas e abertura de concursos
- Suspensão do Plano de Incentivo à Docência

TOTAL DE PROFESSORES: 42.227

TOTAL DE INSTITUIÇÕES NO PAÍS: 52